

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**JOÃO HENRIQUE DE MELLO VIEIRA ROCHA**

**UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL:  
O CASO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO JAPÃO EM RORAIMA**

**Porto Alegre**

**2011**

**JOÃO HENRIQUE DE MELLO VIEIRA ROCHA**

**UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL:  
O CASO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO JAPÃO EM RORAIMA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissional, do curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/Universidade Federal de Roraima.

Orientador: Prof. Dr. Stefano Florissi

**Porto Alegre**

**2011**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

R672a

Rocha, João Henrique de Mello Vieira

Uma análise das políticas públicas no meio rural: o caso do projeto de assentamento Japão em Roraima / João Henrique de Mello Vieira Rocha. – Porto Alegre, 2011.  
97 f. : il.

Orientador: Stefano Florissi.

Ênfase em Desenvolvimento e Integração Econômica.

Dissertação (Mestrado profissional interinstitucional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre; Universidade Federal de Roraima, 2011.

1. Assentamento rural : Roraima (RR). 2. Reforma agrária : Políticas públicas : Roraima (RR). Reforma agrária : Brasil. I. Florissi, Stefano. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Universidade Federal de Roraima. IV. Título.

CDU 332.24.012.3

**JOÃO HENRIQUE DE MELLO VIEIRA ROCHA**

**UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL:  
O CASO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO JAPÃO EM RORAIMA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissional, do curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/Universidade Federal de Roraima.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2011.

---

Prof. Dr. Stefano Florissi - Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Sérgio Monteiro  
UFRGS

---

Prof. Dr. Eduardo Filippi  
UFRGS

---

Prof. Dr. Marcio Couceiro  
UFRR

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer a divisão do mérito sobre o trabalho, mas é também resgatar a todos que transformaram alguém em si mesmo.

À minha esposa Sheila Rocha, meu amor, pela fantástica e guerreira mulher em que se transformou; casaria com ela novamente.

Às minhas filhas, Alice e Letícia, pelas ausências irrecuperáveis, dado que deixaram de ser bebê nesse período.

À minha mãe, pela vida produtiva, retilínea e modelar, com que construiu seu caminho e orientou a todos os seus.

Aos meus irmãos Paulo Sérgio e Daniele, pela referência de vida sobre a qual sempre procurei seguir, sem nunca conseguir alcançar. E à Isa, pôr reconhecer genuinamente os valores de irmandade e fraternidade com toda pureza e profundidade.

Ao meu orientador e professor Stefano Florissi, pelos conhecimentos debatidos em aulas irreverentes, ricas de conteúdo, sujeita, apenas, ao limites impostos por sua própria liberdade.

Ao meu também professor, com valiosas orientações, Sergio Monteiro, temido pelo campo do conhecimento, mas ser humano sensível, de mente brilhante, que somente a proximidade pode revelar.

Institucionalmente agradecer ao NECAR, pelo trabalho que vem realizando em prol da constituição do capital humano na região amazônica, marcadamente em Roraima, e por isso mesmo estar contribuindo, sem grau de medida, pelo desenvolvimento local e regional.

Também agradecer a compreensão que tenho de DEUS, ente que se eleva a qualquer um de nós com as poderosas forças da bondade, da justiça e da perseverança.

Finalmente aos que puderem retirar algumas das linhas de nosso texto, nossos antecipados agradecimentos.

*Não há outra solução para o mal crônico e profundo do povo  
senão uma lei agrária que estabeleça a pequena propriedade...  
É preciso que os brasileiros possam ser proprietários de terra e  
que o Estado os ajude a sê-lo.*  
*Joaquim Nabuco*

## RESUMO

O presente trabalho tem o propósito de avaliar a questão agrária no Brasil, a partir da execução do Plano Nacional da Reforma Agrária através da política de implantação de assentamentos rurais. Um recorte histórico foi estabelecido a partir do Brasil Colônia, resgatando o modelo colonialista agroexportador, como fonte primária de valorização da grande propriedade em detrimento da pequena produção. Os momentos oportunos de realização da reforma agrária foram identificados, ao tempo em que se ressaltaram as consequências da adoção de modelos de desenvolvimento rural que desvalorizaram a agricultura familiar. A recente política de assentamentos rurais é avaliada a partir de casos estudados de diversos autores. De forma mais aprofundada, se estudou o projeto de assentamento Japão em Roraima. A técnica utilizada foi o estudo de caso, na medida em que explora situações reais, a partir do método *ex post*, ou seja, aquele em que o fenômeno aconteceu sem a interferência temporal e espacial do pesquisador, em cujo objetivo tratou-se de estabelecer a correlação entre variáveis. As análises foram centradas nas condições de vida das famílias, na viabilidade microeconômica do lote e nos impactos ambientais e na economia local provocada pelos assentamentos. As conclusões são pela viabilidade da política de implantação de assentamentos, ressaltando as fragilidades inerentes à execução governamental, cuja eficiência deve ser mensurada de forma dinâmica, plural, considerando as variáveis sociais, em detrimento de análises fragmentadas de cunho econômico exclusivamente.

**Palavras-chave:** Assentamento rural. Reforma Agrária. Roraima.

## **ABSTRACT**

This study aims to evaluate the land question in Brazil, from the implementation of National Plan of Agrarian Reform through the political deployment of rural settlements. A historical overview was established from the colony of Brazil, recovering the agro-export model colonialist as a primary source of recovery of the large property at the expense of small production. Opportune moments of land reform were identified at the time that emphasized the consequences of adopting rural development models that dismissed the family farm. The recent rural settlement policy is evaluated from the cases studied by several authors. More thoroughly studied its settlement project in Japan Roraima. The technique used was a case study in that it explores real life situations, from the ex post method, if one in which the phenomenon happened without the interference of temporal and spatial researcher, whose goal in this was to establish correlation between variables. Analyses were focused on the living conditions of families in the batch and microeconomic feasibility and environmental impacts on the local economy caused by the settlements. The conclusions are the viability of the deployment of settlements, pointing out the weaknesses inherent in the implementation of government, whose efficiency should be measured in a dynamic, plural, considering the social variables, rather than piecemeal analysis of exclusively economic nature.

**Keywords:** Settlement rural. Land reform. Roraima.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa Político do Estado de Roraima .....	60
Figura 2 - Projetos de Assentamentos do Estado de Roraima.....	61
Figura 3 - Distribuição por gênero .....	66
Figura 4 - Estado Civil .....	66
Figura 5 - Faixa Etária do Proprietário (em anos).....	67
Figura 6 - Grau de Escolaridade .....	67
Figura 7 - Nacionalidade .....	67
Figura 8 - Naturalidade.....	68
Figura 9 - Profissão Atual.....	68
Figura 10 - Profissão Exercida Antes do Lote.....	68
Figura 11 - Sabe Ler/Escrever .....	69
Figura 12 – Tempo em Atividade no Lote (Anos) .....	69
Figura 13 – Local de Origem.....	69
Figura 14 – Benefícios Recebidos .....	70
Figura 15 – Crédito que Deveria Receber .....	71
Figura 16 - Recebeu Orientações.....	71
Figura 17 - Quais Orientações .....	71
Figura 18 - Área Desmatada.....	72
Figura 19 - Área Utilizada .....	72
Figura 20 - Distância: Lote/Sede do Assentamento/Escola.....	72
Figura 21 - Distância: Lote/Posto de Saúde .....	73
Figura 22 - Distância: Lote/Vias de Acesso .....	73
Figura 23 - – Formas de Aquisição do Lote .....	73
Figura 24 - Recursos Hídricos .....	74
Figura 25 - Preservação Permanente .....	75
Figura 26 - Tamanho do Lote .....	75
Figura 27 - Origem da Família .....	75
Figura 28 - Principal Fonte de Renda.....	76
Figura 29 - Análise de Solo/Foliar .....	77
Figura 30 - Renda Média das Propriedades (reais/ano).....	78
Figura 31 - Custos Médios .....	78

Figura 32 - Organização Que Já Participou.....	79
Figura 33 - Influência Política.....	79
Figura 34 - Situação Geral Como Assentado .....	80

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução da população rural e urbana no Brasil, 1950-1980.....	27
Tabela 2 - Brasil: quantidade de terra distribuída e/ou legalizada, famílias assentadas e o tamanho médio dos estabelecimentos (1964-1998).....	30
Tabela 3 - Índice de Gini da distribuição da posse da terra no Brasil, com base nos Censos Agropecuários do IBGE (1920-1995/96) e nos cadastros de imóveis rurais do INCRA.....	32
Tabela 4 - Assentamentos de Acordo com a Ocorrência de Conflitos pela Posse da Terra.....	33
Tabela 5 - Brasil: estrutura fundiária (2003) .....	33
Tabela 6 - Formas para obter informações .....	70
Tabela 7 - Itens que Existem na Propriedade .....	74
Tabela 8 - Equipamentos da Propriedade .....	76
Tabela 9 - Preparo do Solo .....	76
Tabela 10 - Sementes.....	77
Tabela 11- Principais Dificuldades Encontradas.....	80

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 UMA ABORDAGEM SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA</b> .....	16
2.1 O PERÍODO COLONIAL .....	16
2.2 DE 1850 A 1950 – NOVOS CENÁRIOS OLIGÁRQUICOS .....	20
2.3 AOS ANOS 60 EM DIANTE: A OPÇÃO PELA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA .....	24
2.4 DOS ANOS 80 E A CONSOLIDAÇÃO DO REBOQUE, AOS ANOS DO RECOMEÇO EM 90 .....	28
2.5 UMA AVALIAÇÃO DO PERÍODO MAIS RECENTE.....	32
<b>3 A DINÂMICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS</b> .....	36
3.2 CASOS DE ASSENTAMENTOS EM NÚMEROS.....	44
3.3 UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA NO NORTE E EM RORAIMA .....	53
<b>4 METODOLOGIA E RESULTADOS</b> .....	59
4.1 LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	59
4.2 METODOLOGIA .....	61
4.3 INDICADORES SOCIAIS E AMBIENTAIS .....	62
4.4 INDICADORES ECONÔMICOS .....	63
4.5 RESULTADOS.....	66
<b>5 CONCLUSÕES</b> .....	85
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	88
<b>APÊNDICE A – Questionário da pesquisa</b> .....	93

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno da questão agrária no Brasil tem suscitado acalorados debates acadêmicos e informais. Tema apaixonante que vem cooptando cérebros dos mais variados campos do saber, com posicionamentos críticos que, ora se convergem e se fortalecem, ora se contrariam com entendimentos antagônicos no delineamento das atuais políticas públicas e programas de governo.

A questão agrária tem raízes históricas, como também é histórica e ao mesmo tempo atual, a problemática relativa à concentração da terra no Brasil, as dificuldades da pequena produção, da pequena propriedade e do pequeno agricultor. Tais dificuldades têm relação direta com a pobreza, com a periferia das grandes cidades, com os morros e favelas que, por sua vez, encontram alternativas na violência e nas drogas, atingindo a sociedade como um todo.

O primeiro capítulo trata dessas questões agrárias.

O molde da ocupação territorial no Brasil colonial foi marcado por interesses comerciais e exploratórios da coroa portuguesa quando desenvolveu esforços para o cultivo de espécies de mercado internacional. Tal modelo, denominado agroexportador, estava fundamentalmente apoiado na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo.

Com o tempo, novos cenários surgiram, o apogeu da cafeicultura, o fim do regime escravocrata e a chegada dos imigrantes. A terra, entretanto, permaneceu nas mãos de poucos. Assim foi constituído o problema da reforma agrária, que tem raízes dialéticas nas contradições entre a reduzida minoria de grandes proprietários de terras e as diversas categorias trabalhadoras das zonas rurais brasileiras.

Mais adiante, muito embora diversos países tenham adotado os referenciais de constituição do capital industrial mediante a desconcentração fundiária, visando a ampliação do mercado consumidor e a produção de alimentos para as novas classes consumidoras, o Brasil seguiu firme na sustentação da grande propriedade.

Financiando o nascimento da indústria, as classes dos cafeicultores e industriais se nutriam mutuamente, tornando-se estes clientes políticos dos primeiros, reproduzindo mecanismos de valorização das elites, agora ampliadas em novas formas de capital.

Com o Brasil se industrializando, a elite rural passou a ocupar posicionamento secundário na estrutura social, dando lugar a supremacia do setor urbano industrial. A

agricultura de pequena produção, sem representatividade, avançou subserviente e comprometida na produção de alimentos básicos. Assim, a agricultura concebida como segmento cuja finalidade seria financiar o capital industrial brasileiro em formação, continuaria em poder da oligarquia rural subsidiada e, em cujo processo intensivo em capital e poupador de mão-de-obra, manteve o custo de oportunidade baixo para as populações rurais, obrigando-as ao deslocamento para os grandes centros.

As consequências foram o crescimento desigual, a assimetria social e a revelação dramática de um país com desigualdade na distribuição de renda.

Os anos 60 foram marcados por discussões em torno da desigualdade no país, consubstanciados em documentos como o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador, insuficientes para promover as mudanças necessárias. Com o golpe militar em 1964, foram mais uma vez ceifadas as ideias em torno de uma reforma agrária ampla e transformadora.

Em anos próximos, a manutenção da estrutura fundiária e a desigualdade no campo, de um lado, e o abastecimento interno bem como a demanda por insumos e meios de produção, de outro, se constituíram em metas a serem alcançadas, mediante o que foi denominado de modernização tecnológica da grande propriedade. A resultante do processo de modernização conservadora da agricultura foi a manutenção da desigualdade social e da concentração fundiária, ambas impregnadas na história da atividade no Brasil. De novo, somente os impactos nos recursos naturais, como processos de erosão e compactação do solo pelo maquinário agrícola, bem como a perda da qualidade dos recursos naturais, e a estrutura agrária permaneceram desiguais.

O reboque da agricultura foi consolidado nos anos 80 com sua integração à indústria e o surgimento dos complexos agroindustriais. Mais uma vez a reforma agrária perde espaço e importância no cenário político e econômico nacional.

Nos anos 90, a agricultura familiar se fortaleceu com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a expansão dos projetos de assentamentos em nível nacional. Mais recentemente, se verificou, inclusive, movimentos migratórios de redução do fluxo populacional do campo para os grandes centros, muito embora, não possam resultar em superação dos problemas sociais.

Com a agricultura familiar, o cenário da produção agropecuária brasileira se endividou, categoria da qual estão incluídos os assentados, uma vez que tem sido responsável por cerca de 70% dos alimentos do consumo básico da população brasileira. Já com o Governo Lula, o Plano Nacional da Reforma Agrária 2004-07 tem a expectativa de elevação da demanda por alimentos, em virtude das políticas públicas sociais em andamento. A aposta

na produção de alimentos seria contemplada pela agricultura familiar assistida, com destaque para os assentamentos rurais.

O capítulo dois trata da caracterização dos assentamentos rurais.

Os assentamentos podem ser entendidos como o instrumento que executa a política nacional da reforma agrária no Brasil. De números expressivos, o que há de mais evidente nos projetos é a variedade entre eles, seja na produção, na organização sociopolítica, na extensão dos seus lotes, até nas relações assistenciais e no modo de vida de uma maneira geral.

Em grande medida, o trabalho buscou levantar questionamentos em torno dos assentamentos rurais, especialmente nas análises socioeconômicas, com a prerrogativa de que a viabilidade da política pública deve ser analisada, considerando-se as várias implicações de suas múltiplas variáveis, algumas de aspecto interno ao assentamento e outras externas.

Diversos casos e estudos são apresentados, todos com o propósito de reconhecer as condições de vida dos assentados, suas realidades, dado o alto grau de heterogeneidade já informado. Também serviram de base comparativa para o estudo de caso no capítulo seguinte.

No capítulo três está a descrição da metodologia e a caracterização do caso, fortemente amparados na pesquisa de campo realizada no assentamento. A metodologia adotou a pesquisa bibliográfica para a construção dos dois primeiros capítulos. Na análise do caso, considerando-se conceitualmente o método *ex-post*, foi utilizada estatística descritiva e o uso do pacote estatístico do Eviews para a correlação de variáveis.

A ideia foi situar o leitor quanto à questão agrária no Brasil, nível de conhecimento que depende da historiografia da agricultura brasileira para a compreensão da emergência de um sistema semi-feudal para o estabelecimento das primeiras relações capitalistas. Também da dinâmica em torno da organização social no campo e finalmente para o entendimento da passagem da transformação do capital agrícola em industrial.

Todo esse processo tem como lastro a discussão em torno da reforma agrária, suas oportunidades perdidas, sua realidade e o futuro que a espera com a política de desenvolvimento de assentamentos rurais.

A escolha e a caracterização do projeto de assentamento Japão em Iracema foram casuais. Sua proximidade com a capital e as facilidades para a coleta de dados de campo, bem como algum conhecimento do autor da região estudada foram considerados. De fato, portanto, o caso é ilustrativo. Todas as conclusões a respeito estão confinadas aos seus próprios limites, podendo-se arriscar generalizações com os efeitos comparativos de casos anteriormente relatados no capítulo dois.

Isso não nos parece um problema, dado que, repito, a grande marca dos projetos de assentamentos nacionais é a inexistência de marca. Isso também já pode ser uma importante conclusão, o que nos remete para uma análise paralela de avaliação das políticas públicas e desenvolvimento de marco lógico em novos estudos.

## **2 UMA ABORDAGEM SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA**

A questão agrária brasileira tem sido nutrida por modelos de desenvolvimento, particularmente de desenvolvimento rural, cujas raízes históricas podem explicar o atual estágio em que a economia se encontra.

### **2.1 O PERÍODO COLONIAL**

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, historicamente reconhecido como processo de modernização conservadora, colheu os frutos da opção por fatores desestabilizadores dos sistemas sociais, sobretudo pela desigualdade econômica associada ao comprometimento do meio ambiente.

Diferentemente de países como o Japão, cuja estratégia distinta de desenvolvimento voltou-se para a classe dos pequenos agricultores e, por isso mesmo, alcançou níveis elevados de desenvolvimento, refletindo nos indicadores sociais e econômicos os parâmetros da realidade de sucesso do modelo adotado.

As questões relativas ao desenvolvimento rural brasileiro, sobretudo pela herança da desigualdade social, da concentração fundiária, da concentração urbana e da pobreza no campo de uma maneira geral, podem ser explicadas historicamente pelo perfil de colonização implantado que moldaram a ocupação territorial no Brasil.

O período colonial, compreendido entre o descobrimento do Brasil até meados do século XIX, tratou de se constituir como a semente da questão agrária no Brasil, dado os interesses comerciais e exploratórios da Coroa portuguesa quando desenvolveu esforços para o cultivo de espécies de mercado internacional.

O modelo de produção, marcadamente voltado para o abastecimento do mercado europeu, foi concebido como modelo agroexportador, responsabilizando a Colônia por exportar mais de 80% de tudo que produzia.

O sistema de sesmarias<sup>1,2</sup>, instaurado por Portugal no Brasil Colônia, detinha para o Estado o domínio das terras, enquanto a posse era exercida pelo agricultor. Já nesse período, a exploração e uso da terra foram destinados aos senhores de engenho em regime de exploração da economia açucareira, em detrimento principalmente da população nativa e escravos.

À luz dessa época se constituía os elementos da economia colonial fundamentalmente associando a grande propriedade, a exploração monocultora da cana-de-açúcar e a mão-de-obra escrava. A primeira, também denominada de propriedade do tipo *plantation*<sup>3</sup>, era caracterizada pela extensa área de terra, dita latifundiária, envolvida principalmente com a atividade de exploração de cana-de-açúcar, dependendo, portanto, marginalmente, da produção de alimentos e dos incipientes instrumentos de uso na lavoura e doméstico. "A monocultura inserida em um modelo de *plantation* escravista foi o *modus operandis* adotado durante quase quatro séculos para a obtenção de excedentes agrícolas destinados aos mercados controlados pela Coroa portuguesa." (FILIPPI, 2005, p. 36).

A agricultura familiar representada por homens livres, sem escravos, com sua própria força de trabalho, se apresenta historicamente com sua principal vocação, qual sejam a produção e exploração de cultivos alimentícios para o abastecimento dos mercados locais, haja vista os interesses exportadores dos grandes proprietários.

De uma forma geral, a classe dos pequenos produtores se constituía pelos interesses da grande propriedade em obter gêneros alimentícios e, mais ainda, deixá-los dependentes dos favores dos latifundiários, dos quais deviam o empréstimo pela terra.

Há que se destacar, portanto, a opção pela grande propriedade, pelo grande proprietário, em detrimento da agricultura familiar como forma de organização social de produção.

Com a decadência do regime de sesmarias, nas proximidades do ano da independência do Brasil, esse formato de organização da produção não mudara expressivamente. O cenário produtivo foi reorganizado, se estabelecendo a produção do café como a principal cultura da época no Centro Sul, mantendo-se a exploração canavieira no Nordeste do país.

---

<sup>1</sup> Sistema sesmarial – aquele em que o permissionário da capitania hereditária legislava sobre a concessão de lote de terras para serem exploradas por colonos;

<sup>2</sup> Grupos das Sesmarias: Sesmarias completamente livres de foro, tributos ou pensão, salvo o dízimo a ordem de Cristo; Sesmarias com obrigação dos sesmeiros nela cultivarem a cana-de-açúcar, o algodão, estabelecerem engenhos ou fundarem vilas, dentro de determinado prazo, em geral de 3 a 6 anos, além do pagamento do dízimo a Deus; Sesmarias com a condição dos sesmeiros pagarem determinado foro anual por légua, pensão anual pelo estabelecimento de engenho, ou tributo sobre a produção de açúcar (BORGES, 1958);

<sup>3</sup> Palavra de origem inglesa, caracterizando elemento da indústria agroexportadora, especializada, monocultora (cana-de-açúcar, cacau, algodão), que utiliza mão-de-obra escrava, voltada para o mercado externo, possuindo, contudo área reservada à produção de alimentos para o mercado interno, bem como oficinas para o fabrico e reparo de instrumentos de trabalho.

Sobre a economia cafeeira, Filippi (2005, p.41) destaca seu consumo e mercado em expansão:

De produto de consumo burguês, o café brasileiro passou a fazer parte do cotidiano da classe operária européia que o consome enquanto estimulante sob um regime de trabalho que, tal como reporta Karl Marx em seu *O Capital*, poderia atingir até 14 horas de trabalho diário.

Do outro lado do mundo a economia industrial ganhava força, modificando o cenário das relações econômicas entre os países, em busca de novos mercados para seus produtos. As pressões pelo fim do regime de escravidão ocorreram, dado a necessidade do capital industrial em formação e expansão.

Nesse contexto, as relações estabelecidas em torno das terras no Brasil foram alteradas. As sesmarias até então detinham a lógica da distribuição de terras, sem que, contudo, fossem devidamente exploradas. Diante dessa fragilidade surge a figura do posseiro que assume posicionamento sócio político importante à medida que vai acumulando grandes extensões de terras, visto se reconhecer como atividade de efetiva exploração agrícola no país.

Já nessa época, diversas iniciativas foram efetuadas para a tentativa de corrigir a concentração das terras no Brasil, e em grande parte, inexploradas. Cavalcante (2005, p. 3) destaca a iniciativa de Padre Feijó quando afirma: “Com sua proposta pretendia democratizar o acesso à terra e também lidar com a questão da defesa do direito de propriedade, para que fosse possível deter ou pelo menos minimizar os efeitos da concentração fundiária.”

Outro marco de destaque nessa época foi a constituição da Lei das Terras<sup>4,5,6</sup> no Brasil, em 1850. Esta objetivava formalizar a posse da terra, mediante um instrumento legal de compra e venda. Não se pode atribuir mera coincidência com a Lei Eusébio de Queiroz que proibia o tráfico negreiro. As nações mais poderosas, detentoras do capital industrial, clamavam por novos mercados na medida em que adquirir matéria prima e comercializar produtos industrializados seria um grande negócio.

---

<sup>4</sup> A Lei das Terras pode ser entendida como um obstáculo ao acesso às terras pelos imigrantes e os escravos libertados, encampando um mercado capitalista para a propriedade da terra.

<sup>5</sup> Em 1850, foi aprovada a Lei 601, do Império (Lei de Terras) que favoreceu a consolidação da grande propriedade rural voltada à exportação, permitindo que as terras fossem adquiridas somente através da compra e por preços elevados (SILVA, 1996).

<sup>6</sup> [...] impedir que os futuros ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos, pudessem ser transformados em camponeses, em pequenos proprietários de terras, pois, não possuindo nenhum bem, não teria, portanto, recursos para comprar, pagar pelas terras à Coroa. E assim continuariam à mercê dos fazendeiros, como assalariados (STEDILE, 2005, p.5).

Para Cavalcante (2005, p. 4),

A partir da criação dessa lei, a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmaria, tampouco a ocupação por posse, com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território. Seria permitida a venda de todas as terras devolutas.

Para Martins (1997, apud MIRALHA, 2006, p.17),

Era preciso, pois, criar mecanismos que gerassem artificialmente, ao mesmo tempo, excedentes populacionais de trabalhadores à procura de trabalho e falta de terras para trabalhar num dos países com maior disponibilidade de terras livres em todo o mundo, até hoje.

De fato, o comércio de terras se constituiu em mais um elemento que dificultou o acesso a terra pelo colono imigrante, haja vista os elevados preços dos negócios. Também se destaca a inacessibilidade da terra à população nativa e aos escravos<sup>7</sup>. Em sentido mais ampliado a Lei das Terras pode ser compreendida como uma determinante política de grupos poderosos que associados ao império permaneciam promovendo a concentração da terra.

Meados do século XIX constituíram o delineamento sóciopolítico da questão agrária no Brasil, visto as condutas de priorização dos interesses da elite brasileira mediante a impossibilidade da apropriação dos meios de produção pelos colonos imigrantes, para então atraí-los às lavouras de café mediante o uso de sua força de trabalho. O marco legal implantado, a Lei das Terras, oficializou os interesses dos cafeicultores na relação com a mão-de-obra das lavouras, dado a iminente emancipação dos escravos e ainda atendeu aos anseios internacionais de criação de novos mercados.

---

<sup>7</sup> Esses trabalhadores negros foram, então, à busca do resto, dos piores terrenos, nas regiões íngremes, nos morros, ou nos manguezais, que não interessava ao capitalista. Assim, tiveram início as favelas. A Lei das Terras é também a mãe das favelas nas cidades brasileiras (STEDILE, 2005).

Martins (1997, apud MIRALHA, 2006, p. 12) reafirma o momento agrário,

[...] surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação.

No que se refere à transição para o trabalho livre, Cano citado por Silva (1998) destaca:

No Rio de Janeiro, os velhos cafezais foram liquidados. No Nordeste, a transição era quase que formal, uma vez que os antigos escravos permaneciam nas propriedades como moradores de condição. Em Minas e no Espírito Santo, a transição levou ao estabelecimento das relações de parceria em suas várias modalidades (meia, terça, etc.), e a constituição de um grande contingente de pequenas propriedades dedicadas a produção de gêneros alimentícios para a atividade urbana da região e para o abastecimento da Capital Federal. É em São Paulo que encontraremos um novo regime de trabalho – o colonato [...].

Essa passagem demarca uma nova etapa para a estrutura social no país, na medida em que desenvolve um amplo mercado de bens para a classe dos colonos; na verdade, imigrantes, cuja viabilidade do poder de compra viria através de assalariamento temporário, permitindo ainda sua subsistência em roças próprias e comercialização de excedentes em regiões mais próximas.

## 2.2 DE 1850 A 1950 – NOVOS CENÁRIOS OLIGÁRQUICOS

O período compreendido pela segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, precisamente entre 1889 e 1930<sup>8</sup>, foi dominado pela oligarquia cafeeira, com o crescimento das unidades produtivas, baseadas na mão-de-obra dos imigrantes.

---

<sup>8</sup> Período denominado de República Velha.

Em grande medida, os imigrantes foram para o Sul do país, e ao receberem os lotes, se inseriram no mercado, dado que teriam que pagar pelas terras recebidas. Os que se destinaram para o Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) foram obrigados a trabalhar nas fazendas de café em regime de colonato<sup>9</sup>.

Em outros países que priorizaram a desconcentração fundiária, a compreensão era de que as mudanças no regime de posse da terra proporcionariam as condições para a reprodução do capital industrial, sobretudo pela ampliação do mercado consumidor para produtos industrializados, bem como na perspectiva de aumento da produção de alimentos para o mercado interno em ampliação.

Foi exatamente o que aconteceu com os Estados Unidos, por exemplo. A promoção da corrida para o Oeste foi responsável pelo processo de ocupação por agricultores familiares, mais tarde se tornando um segmento destacado da economia americana.

No Brasil, nesse mesmo período, o capital industrial incipiente estabeleceu os condicionantes para a expropriação da economia cafeeira. O financiamento da indústria, através do café, estabeleceu elementos que impediram o choque de classes econômicas, a saber, cafeicultores e o segmento industrial em formação.

Martins (1997, p. 20) reconhece a conjugação de interesses,

Entre as velhas elites e as novas elites estabeleceu-se uma espécie de compromisso político, mediante o qual os industriais e os grandes comerciantes tornaram-se grandes clientes políticos das oligarquias, às quais delegaram suas responsabilidades de mando e direção, reproduzindo os mesmos mecanismos políticos que vitimavam todo o povo e impediam um efetivo desenvolvimento da democracia entre nós.

Com a crise de 1929 na bolsa americana trazendo reflexos em todo o mundo, marcadamente na economia brasileira dependente das exportações de café, a classe dos grandes proprietários entra em decadência, provocando reformas políticas e econômicas importantes para o país.

---

<sup>9</sup> Regime que se traduz através do estabelecimento de relações sociais entre os fazendeiros e os colonos. Estes recebiam a lavoura de café pronta, formada anteriormente pelo trabalho escravo, recebiam uma casa para moradia e o direito de usar uma área de aproximadamente dois hectares por família, para o cultivo de produtos de subsistência e de criar pequenos animais. Cada família cuidava de determinado número de pés de café e recebia por essa mão-de-obra, no final da colheita, o pagamento em produto, ou seja, em café, que poderia ser vendido junto, ou separado, com o do patrão.

De 1930 em diante, foi se consolidando a burguesia industrial no poder, com o capital industrial se tornando hegemônico frente ao capital agrícola, sem grandes alterações na estrutura agrária.

O governo brasileiro com Getúlio Vargas implanta a política econômica de substituição das importações, com vistas a estimular a indústria em formação e o mercado doméstico em crescimento.

A crise do complexo rural e o surgimento do novo complexo cafeeiro paulista - simultâneo ao processo de substituições de importações – significaram o desenvolvimento do mercado de trabalho e a constituição do mercado interno. Foi um longo processo que ganhou impulso a partir de 1850, acelerou-se após a grande crise de 1929 com a orientação clara da economia no sentido da industrialização [...] que responderão pelo fornecimento de capital e força de trabalho na economia (SILVA, 1998, p. 5).

O desempenho e o perfil da agricultura brasileira se modificam. Outras culturas passam a ter expressividade econômica, tais como o arroz, algodão, entre outras; sendo que tais modificações ocorreram com vistas a sustentar as populações urbanas em crescimento. A atividade agropecuária, agora, enfrenta os desafios das importações de insumos e equipamentos, associados à lógica da liberação de mão-de-obra para a indústria.

O perfil da elite rural passa a ocupar posicionamento secundário na estrutura social do país, uma vez que assume a supremacia o setor urbano industrial, em relação ao rural.

Do ponto de vista de modificações na estrutura social agrária do Brasil, Miralha (2006) destaca os condicionantes para a realização da reforma agrária quando oportunamente se identificou conflito de interesses entre a burguesia industrial e os cafeicultores. A esse propósito, defende o autor, a produção de alimentos em grandes proporções com impactos nos preços de mercado, poderia provocar benefícios no poder aquisitivo dos operários consumidores, mediante os efeitos secundários de aumento de renda.

Do período que vai da Segunda Grande Guerra até 1950, o Brasil continua com seu processo de crescimento das cidades e das indústrias, sendo que a organização da produção agrícola passa a atender os interesses do capital industrial, sobretudo para absorver os insumos e os meios de produção, na forma de tratores, equipamentos e outros.

Os mecanismos de crédito foram acionados para que os grandes proprietários pudessem adquirir tais insumos agropecuários, mediante fortes subsídios por parte do governo. Como instrumento dessa lógica de apropriação excludente, o serviço de assistência e extensão rural, inteiramente voltado aos interesses do modelo de desenvolvimento adotado,

entendia o homem como “coisa”, ou seja, aquele que recebe a informação tal qual de um movimento messiânico que transcende a ele próprio, afastando-o da qualidade de agente transformador e o qualificando-o como executor de uma política na qual ele serviria como instrumento de viabilização.

Para explicar o modelo de agricultura adotado na época, Freire (2001) considerou a inadequada estratégia comunicativa dado que a comunicação jamais foi concebida como elemento prioritário de relações e o homem com um ser social. Assevera Freire (2001) que a relação do homem com o mundo somente avança, mediante a prática comunicativa entre iguais, não se podendo falar em dominação adjacente a artefatos comunicativos impregnados de uma ideologia dominante, revestida pela relação entre o capital industrial e agrícola.

A agricultura de pequena produção, sem estrutura de representatividade e defesa de seus interesses, avança subserviente e com dificuldades nesse mesmo período. Teimosa, segue o seu destino de produzir alimentos básicos contrariando a lógica de concentração de organização fundiária, sem apoio governamental.

Assim, no Brasil, a agricultura concebida como segmento cuja finalidade seria financiar o capital industrial brasileiro em formação, continuaria em poder da oligarquia rural, mediante fortes subsídios, em cujo processo intensivo em capital e poupador de trabalho, manteve o custo de oportunidade baixo para as populações rurais.

O resultado foi o crescimento econômico sustentado em desigualdades, com concentrações urbanas e assimetria social.

Rocha (2010) descreve essa passagem quando defende que modelos de desenvolvimento de verdadeira transformação estrutural, que não priorizassem a modernização tecnológica sem a participação social, ou mesmo com essa participação subjugada aos interesses do progresso técnico não foram concebidos.

Ao contrário, todo o processo vitimou o homem como agente de desenvolvimento, valorizando os interesses do capital.

### 2.3 AOS ANOS 60 EM DIANTE: A OPÇÃO PELA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Os anos sessenta são marcados por movimentos políticos importantes para o setor agropecuário, com um incipiente processo de discussão em torno das desigualdades sociais no país, marcadamente a questão que envolvia a necessidade da realização da reforma agrária brasileira.

O Estatuto da Terra, elaborado pelo governo do Marechal Castelo Branco, foi documento de destaque em prol das reformas no campo, sem que, contudo, pudesse alterar substancialmente a problemática agrária no país. O referido documento avança nas questões tributárias, progride nas ações de colonização, mas resguardam a superficialidade e a falta de vontade política, marcas do Brasil rural.

Estatuto não alterará, em essência, a estrutura fundiária do país. Isto porque não enfrentou o aspecto fundamental da estrutura agrária brasileira, ou seja, o monopólio da imensa dimensão de terra, por uma minoria de latifundiários, que explora a grande massa de trabalhadores sem ou com pouca terra (VINHAS, 1968, p. 135).

Em 1963, como exemplo dos resultados em torno dos debates sobre as questões agrárias, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, que buscava inserir o trabalho rural na legislação trabalhista.

A luz da época, entidades representativas dos movimentos sociais e dos trabalhadores na defesa de um processo reformista no campo reuniram-se, com apoio do então Presidente João Goulart.

Tais pretensões não lograram êxito. Seguiu-se o Golpe de Estado de 1964, que estabeleceu a aglutinação de interesses da oligarquia rural com a burguesia industrial, ceifando mais uma vez, as mobilizações em torno da reforma agrária.

Sorj (1986, p. 23) assevera,

As mobilizações no período do Governo João Goulart adquiriram características de confronto e polarização crescente, levando à unificação de grande parte da burguesia em torno do golpe de Estado que se contrapunha ao movimento reformista, cortando, portanto, as perspectivas da transformação da estrutura fundiária a partir de um processo de mobilização popular.

Ao longo desses anos, portanto, a manutenção da estrutura fundiária e a desigualdade no campo, de um lado, e a crescente necessidade de abastecimento interno e a demanda por insumos e equipamentos industrializados, de outro, se constituem em metas a serem alcançadas mediante a modernização tecnológica da grande propriedade e o fomento às linhas de crédito subsidiado.

Tais mecanismos são destacados por Belik e Paulillo (2001, p. 157),

Com a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1964, a modernização da agricultura se tornou compulsória, integrando cada vez mais a atividade rural à dinâmica colocada pela indústria e pelo setor de serviços.

O que de fato ocorreu foi o uso do SNCR para servir aos interesses do capital industrial, na medida em que gravitam em torno dele a assistência técnica, o seguro agropecuário, a pesquisa agropecuária, e todo um amplo quadro de segmentos voltados aos interesses das agroindústrias de apoio e do complexo agroindustrial como um todo.

Também o Estatuto da Terra promulgado no primeiro governo militar, foi interpretado equivocadamente por sucessivos governos como uma linha divisória que separasse a política agrícola da reforma agrária, estabelecendo uma relação de produção com a grande propriedade no primeiro caso, e efeitos meramente compensatórios no segundo caso.

Mais que isso, com o Estatuto da Terra a lógica do desenvolvimento agrícola em detrimento do processo reformista agrário, foi entendido por Bergamasco e Nordern (1996) como elemento que patrocinou modernização conservadora, ampliando as desigualdades, elevando o preço das terras agrícolas, destruindo a propriedade familiar e consolidando o latifúndio.

Políticas de governo centradas nas exportações e geração de divisas foram priorizadas e a ênfase à redistribuição de terras foi substituída por outros mecanismos como o imposto sobre a terra, projetos de colonização, etc.

Filippi (2005) reafirma esse entendimento, alegando que os temas referentes a repartição desigual da terra no país só podem ser entendidos como tal com a dinamização de um mercado de terras de cunho capitalista.

Os movimentos no segmento agropecuário são direcionados para as grandes propriedades, de tal forma que a aquisição de insumos modernos, equipamentos e máquinas agrícolas pudesse retro alimentar o complexo agroindustrial que se posicionava anteriormente

à produção agrícola, na forma industrial de produzir fertilizantes, agroquímicos e maquinários agrícolas.

A relação estabelecida entre o processo de modernização da agricultura e o capital industrial se constituiu em um novo modo de produção capitalista no campo, com as bases de expansão do capital voltadas para a grande população operária assalariada e sob condições precárias de trabalho e segurança, prestando serviços às grandes propriedades, estas sob regime de pacotes tecnológicos e insumos subsidiados.

Diversos autores qualificaram esse período de “modernização dolorosa”, uma vez que os privilégios foram direcionados para os grandes fazendeiros, em estímulos para as lavouras que detivessem impacto econômico, seja no mercado externo, seja para o mercado interno em expansão.

Gonçalves Neto (1997, p. 224) interpreta esse movimento,

[...] teremos, por um lado, a transformação da base técnica em boa parte do setor agrário, no que se convencionou chamar de modernização desigual: privilegiando, sobretudo os grandes proprietários de terras; as culturas voltadas para o mercado externo ou para a substituição de produtos que pesam na balança comercial; as regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, em detrimento das mais atrasadas, como o Norte e o Nordeste; e atingindo apenas uma pequena parcela dos produtores rurais, a que teve acesso ao crédito subsidiado, em torno de 20% a 25% do total.

Silva (1996, p. 31) também reconhece a relação de maior proximidade e integração da agricultura e indústria, estabelecendo fases para o processo de modernização tecnológica, quando afirma:

A constituição dos Complexos Agroindustriais pode ser localizada na década de setenta, a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura. Sua consolidação se dá pelo Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR [...]

Os resultados da modernização tecnológica da agricultura foram evidenciados basicamente pela transformação da base técnica e, sobretudo, pelo uso intensivo de insumos e máquinas, provocando efeitos positivos na produtividade das lavouras. Ainda de forma positiva, se registrou o aumento do volume de exportações, com impactos nas divisas e na balança comercial.

Do ponto de vista dos indicadores sociais, o processo de modernização trouxe profunda marca para a história do desenvolvimento rural no Brasil. Miralha (2006, p. 159) observa os seguintes efeitos:

Intensificação do êxodo-rural, pois esse processo perverso abrangeu apenas o médio e grande produtor gerando assim, uma expulsão e expropriação de grande parte de pequenos produtores, meeiros, posseiros, pequenos arrendatários, etc., que ficaram abandonados sem nenhuma forma de incentivo, e pelo fato dessa modernização se caracterizar também pela utilização de máquinas modernas nas grandes propriedades, absorvendo uma pequena parte de trabalhadores para se sujeitar ao trabalho assalariado. A maioria foi obrigada, então, a migrar para as médias e grandes cidades em busca de emprego, principalmente na indústria. Mas, a maioria, não conseguiu se incluir no mercado de trabalho urbano e acabaram excluídos, “inchando” as periferias das cidades.

De fato, nesses anos o crescimento da população urbana em detrimento da população rural pode ser evidenciado pela Tabela 1, com esta caindo para 32,4% em 1980, e aquela atingindo 67,6% da população brasileira.

**Tabela 1- Evolução da população rural e urbana no Brasil, 1950-1980**

Anos	População rural		População urbana	
	Número	%	Número	%
1950	33.161.666	63,8	18.782.891	36,2
1960	38.987.526	54,9	32.004.817	45,1
1970	41.037.586	44,1	52.097.260	55,9
1980	38.573.725	32,4	80.437.327	67,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1950, 1960, 1970 e 1980).

O complexo movimento de modernização da agricultura, conforme ressaltam Bergamasco e Norder, (1999, p. 30) destacam as mazelas sociais decorrentes do modelo econômico:

[...] diversas análises sobre a modernização tecnológica da agricultura brasileira demonstram que sua expansão não conduzia necessariamente à erradicação da fome. A exclusão social deste modelo de desenvolvimento é hoje bastante conhecida, e o mapa da fome realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA [...] a partir de estimativas do IBGE indicaram na primeira metade dos anos 90, a existência de risco alimentar entre aproximadamente 32 milhões de brasileiros, sendo que cerca da metade deste total estaria vivendo na zona rural.

Os resultados do então processo da modernização conservadora da agricultura colheram a desigualdade social e a concentração fundiária, já experimentada pela história da atividade no Brasil. Adicionalmente, novos elementos surgiram para a discussão, tais como a erosão e a compactação do solo, bem como a perda da qualidade dos recursos naturais, dado os sérios danos ao meio ambiente.

O desenvolvimento aplicado ao setor rural renegou não apenas o pequeno agricultor, mas a agricultura familiar de maneira plena, considerando os artesãos, povos indígenas, povos da floresta, quilombolas, caboclos, ribeirinhos e, mais ainda, quando se considera as questões de gênero e da juventude rural, além dos excluídos do campo.

A insensibilidade para com as questões sociais, o conjunto de estratégias e políticas adotadas se voltou para a centralização dos investimentos, na busca pelos conjuntos populacionais e comunidades estabelecidas nos centros de maior porte, concretamente aquelas de maior amparo social.

#### 2.4 DOS ANOS 80 E A CONSOLIDAÇÃO DO REBOQUE, AOS ANOS DO RECOMEÇO EM 90

Os anos que se seguiram foram marcados pelo interesse de diversas formas de capitais na atividade agropecuária, associada às menores interferências do Estado.

Do ponto de vista político, meados da década de oitenta foram marcados pelos avanços da democracia no Brasil, que resultaram em atuações mais marcantes de entidades representativas dos interesses dos agentes menos favorecidos no campo. À luz da época, a Nova República estabeleceu prioridades para a reforma agrária, em um regime dito democrático.

Nesse sentido, frente à baixa eficiência na alteração da estrutura fundiária e dos graves problemas sociais, surgem entidades como o Movimento dos Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) entre outros, que se pronuncia enquanto organizações que defendem a reforma agrária no Brasil.

O primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) desenvolvido no governo do então Presidente José Sarney foi marcado pela incipiente implantação de assentamentos rurais. Em seu governo, o Estado se viu diante de um processo falimentar de hiperinflação e

inércia para com as questões agrárias brasileiras, haja vista o cumprimento de apenas 10% da meta prevista para os assentamentos rurais.

O desenvolvimento desse processo foi fortemente pressionado por ações políticas contrárias, com amparo da legislação agrária, marcadamente a Constituição de 1988. A despeito de essa Lei contemplar a apropriação para a reforma agrária de terras improdutivas, as forças conservadoras conseguiram evitar que essas ações tomassem fôlego e efetividade.

Colleti, (2007, p. 7) observa com propriedade os movimentos dos grandes proprietários de terras:

Terra não se ganha, se conquista. Essa proposta política radical do MST teve como contrapartida o surgimento, em junho de 1985, da UDR, entidade de direita que congregava os proprietários rurais -- sobretudo os pecuaristas --, e se propunha a defender com armas, se preciso fosse, a propriedade da terra contra as invasões.

Os diversos formatos de atuação do capital, muito além dos setores agroindustriais, avança sobre as perspectivas de ganhos sobre a lógica urbano-rural que muda, transformando a propriedade da terra em interesse de vários setores da economia.

O cenário da época para muitos compreendia que a modernização tecnológica da agricultura doméstica e a expansão dos complexos agroindustriais trazendo os processos da produção integrada para os mercados internos e para a exportação, seriam razões de elevada suficiência para o arrefecimento do processo de reforma agrária no Brasil.

Sobre a constituinte de 1988, Sorj (1998, p. 29) salienta que:

[...] procurou-se avançar uma legislação que permitisse expropriação por interesse social e sumária de terras improdutivas, o que terminou em fracasso total. As forças conservadoras conseguiram vetar qualquer mudança relevante na legislação e impuseram uma legislação mais regressiva que a herdada dos militares.

No governo de Fernando Collor de Melo se configurou a supremacia da elite latifundiária que permeou a política nacional e a “derrota” dos movimentos populares no final da década de 1980 e início da década de 1990, dado a condução neoliberal de regime político. Nesse sentido, se verificou que a reação humana não se consolidou, dada a ausência da prescrição democrática, entendendo democracia como um formato menos desigual da relação social.

A despeito dessa condução política, há que se destacar a condução dos movimentos em favor da reforma agrária que, de alguma forma, reuniu esforços para a continuidade dos movimentos.

As derrotas políticas não foram suficientes para o enfraquecimento do movimento, que seguiu crescendo na forma de ocupações e acampamentos pelo país. Em meados da década de 90, o MST passou a ter maior visibilidade, ocupando propriedades em São Paulo, o que acabou por sensibilizar a opinião nacional.

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso nos anos 90, foi implementado o Ministério do Desenvolvimento Agrário com o objetivo de fomentar e defender os interesses da agricultura familiar no Brasil.

Nesse governo, as dimensões sócias produtivas da agricultura familiar são intensificadas através dos processos de desapropriação de terras, elevando o número anual de famílias assentado para 584.301 em área de 19.737.300 hectares, quantitativo muito superior a qualquer dos governos anteriores, conforme pode ser observado na Tabela 2.

**Tabela 2 - Brasil: quantidade de terra distribuída e/ou legalizada, famílias assentadas e o tamanho médio dos estabelecimentos (1964-1998)**

<b>Intervalo</b>	<b>Período político</b>	<b>Quantidade (ha)</b>	<b>Famílias</b>	<b>ha/família</b>
1964 - 84	Regime militar	13.851.395	77.465	178,8
85 - 89	Nova República	4.505.788	83.687	53,8
90 - 92	Fernando Collor	2.581.766	42.516	60,7
93 - 94	Itamar Franco	743.957	14.365	51,8
95 - 2001	Fernando Henrique	19.737.300	584.301	33,8

Fonte: INCRA (2002)

Martins (1997) elabora uma crítica ao MST e a CPT, salientando que, esses se constituíram em grupos de mediação pela reforma agrária, permeados pela ideologia da classe média. No seio da discussão estão os trabalhadores rurais, posseiros, meeiros, arrendatários e outros que de fato trabalham a terra como meio de produção, e de outro, defensores intelectuais da reforma agrária, cujos interesses nem sempre são coincidentes.

Com essa contrariedade o que se observa foi um desencontro entre a reforma agrária idealizada por mediadores da luta pela terra e um amplo projeto de reforma agrária defendido pelo Estado.

Martins (2000, p. 25) destaca que,

O desencontro está, sobretudo, no fato de que MST e Igreja conseguiram colocar a questão agrária na agenda do Estado Brasileiro e, ao mesmo tempo não legitimam essa inclusão. Não legitimam ao se recusarem a aceitá-la como fato político, que tem como implicação necessária e inevitável a negociação e o acordo quanto à viabilidade, à extensão, à forma e à qualidade da reforma [...].

Continua o autor ressaltando que o MST e as Igrejas, pela dificuldade do diálogo com o governo federal, acabam dificultando a realização de uma reforma agrária no Brasil, mas reconhece que os projetos de assentamentos rurais implantados são decorrentes da defesa da causa por aqueles grupos.

Nesse sentido o desenvolvimento rural jamais adquiriu o caráter regionalizado e apropriado pelos seus agentes mais legítimos defendido por Sepúlveda (2005, p. 50), a saber,

[...] a transferência de poder político para os governos locais; a redistribuição do acesso aos processos de tomada de decisões e a distribuição equitativa das oportunidades geradoras de emprego e renda, de acordo com a heterogeneidade existente nas populações humanas em termos geracionais, étnicos, econômicos e de gênero.

O desenvolvimento regional não adotou a população local como referencial obrigatório, com a sua real possibilidade de transformar o meio em que vive. O poder político-institucional não se sustentou no processo democrático, entendida como a capacidade de representação dos diversos grupos de interesse que por sua vez estarão intrinsecamente ligados à captação e transferência de recursos para os diversos projetos, programas e investimentos a serem alocados para a região.

Assim, as regiões produtoras não assumiram o papel de agente ativo, e permaneceram sedentas da descentralização do poder político para nutri-la do germe correspondente à autonomia relativa aos fatores determinantes do seu próprio desenvolvimento econômico e social.

No que tange ao capital humano, aqui compreendido quanto às habilidades, conhecimentos e saberes que podem, em conjunto, determinar não somente o valor, mas a distribuição dos benefícios gerados pela produção, não se profissionalizou no meio rural, ao invés disso, a lógica urbana sempre carregou a reboque os interesses do campo, determinando o futuro dos seus povos e de suas atividades.

Com esse pensamento, o enfoque às tecnologias tradicionais, que derivam de um acervo de conhecimentos empíricos, jamais assumiu valia econômica razão para o

distanciamento para com as populações ou comunidades historicamente produtoras, detentoras do legado de conhecimentos básicos para as práticas de gestão e utilização dos recursos naturais, causadores de impactos ambientais negativos menores.

Ainda, em relação ao meio ambiente, a ação histórica desenvolvimentista nunca considerou o complexo da biodiversidade e os insumos naturais como determinantes da capacidade produtiva de determinados territórios, ou seja, o seu capital ambiental. O que se observou foi o comprometimento da qualidade dos recursos naturais, com deterioração do solo, das florestas, dos recursos hídricos, e particularmente do respeito às comunidades e às suas culturas e formas de vida.

## 2.5 UMA AVALIAÇÃO DO PERÍODO MAIS RECENTE

O fato é que mesmo em anos mais recentes a concentração da terra no Brasil ainda representa um problema sem solução. Leite (2005) ilustra a severidade da realidade fundiária com o relato do Índice do Gini em (0,9), lembrando que a proximidade da unidade revela concentração absoluta; e em sua decorrência os conflitos pela posse da terra. Segundo os dados da Tabela 3, se observa que não há tendência de redução da desigualdade da posse da terra no Brasil, sendo esta fortemente correlacionada com a desigualdade da distribuição de renda no setor agropecuário. Os dados demonstram que o índice já foi menor em 1992 (0,831) vis-à-vis 1998 (0,843), segundo o INCRA; e que também já foram menores em 1920 (0,798) vis-à-vis 1995/6 (0,857), segundo o IBGE.

**Tabela 3 - Índice de Gini da distribuição da posse da terra no Brasil, com base nos Censos Agropecuários do IBGE (1920-1995/96) e nos cadastros de imóveis rurais do INCRA**

	<b>IBGE</b>	<b>INCRA</b>
1920	0,798	-
1940	0,826	-
1950	0,838	-
1960	0,836	-
1967	-	0,836
1972	-	0,837
1975	0,855	-
1978	-	0,854
1980	0,857	-
1985	0,858	-
1992	-	0,831
1995/96	0,857	-
1998	-	0,843

Fonte: Hofmann (1971, 1998, 2002)

A Tabela 4 ilustra a referência entre a ocorrência de conflitos e a constituição de assentamentos, revelando que o motor das desapropriações foram os conflitos pela posse da terra, na maioria absoluta dos casos.

**Tabela 4 - Assentamentos de Acordo com a Ocorrência de Conflitos pela Posse da Terra**

	<b>Com conflito</b>	<b>Sem conflito</b>	<b>Total de projetos</b>
Regiões de estudo	88	4	92

Fonte: Estudo realizado por Leite e outros (2004); Tabela adaptada.

Conflitos esses bastante amenos, diga-se de passagem, e até consideradas reformas agrárias convencionais, que segundo Sparovek (2003, p. 9) “[...] são aquelas realizadas dentro dos marcos legais existentes ou dos acordos entre as diversas forças sociais, sem a ocorrência de rupturas, [...] não alterando significativamente o perfil de distribuição da propriedade da terra”.

O Brasil rural, portanto, é resultante de um processo histórico que foi traduzido desde a sua origem até os dias atuais pela concentração não apenas da terra, mas também dos recursos e da riqueza e da apropriação da força de trabalho como ferramenta capaz de ser mensurada como valor; com o Estado acentuando as desigualdades, muito embora não se possa negar mais recentemente o aumento quantitativo da produção dada à redefinição das bases tecnológicas, conforme Rocha (2010).

A Tabela 5 mostra claramente que o grau de concentração em número e área de imóveis; dessa forma, propriedades com até 25 ha correspondem a mais de 50% do total, embora representem 6,3% da área total.

**Tabela 5 - Brasil: estrutura fundiária (2003)**

<b>Estratos de área total (há)</b>	<b>Imóveis</b>	<b>% Imóveis</b>	<b>Área total (há)</b>	<b>% Área</b>	<b>Área média (há)</b>
Até 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	5,69
10 – 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,21
25 – 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,28
50 – 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,27
100 – 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,63
500 – 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,42
1000 – 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,83
Mais 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,82
Total	4.238.387	100,0	420.345.362	100,0	99,18

Fonte: INCRA (2004)

Os movimentos migratórios mais recentes no campo, muito embora os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2006 e do Censo 2007 indiquem redução de fluxo populacional do campo para os grandes centros, nem de longe resultam em interpretações que demonstrem a superação desse grave problema social, não obstante possam sinalizar os primeiros resultados de políticas sociais de transferência de renda e viabilidade da pequena produção no meio rural.

Não obstante, o cenário da produção agropecuária brasileira, a despeito de todas as vicissitudes e desafios anteriormente descritos, tem se endividado com a agricultura familiar, categoria da qual estão incluídos os assentados. Teimosa e surpreendente tem sido responsável por cerca de 70% dos alimentos do consumo básico da população brasileira. Dados do MDA demonstram que em 2005 a participação das cadeias produtivas da agricultura familiar representou mais de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário.

Por outro lado, já com o Governo Lula, o PNRA 2004/07 tem a expectativa de elevação da demanda por alimentos, em virtude das políticas sociais em andamento. Em tese, a produção de alimentos seria contemplada pela agricultura familiar assistida, com destaque para os assentamentos rurais. Nestes a visão territorialista é proposta, considerando as características das condições de vida, geracionais, culturais e de gênero.

[...] planos regionais e estaduais, de tal forma que a estratégia de desenvolvimento rural nele contida possa, no diálogo democrático e criativo, com as diversas instituições, entidades e movimentos desdobrar-se em planos territoriais que integrem e potencializem as ações de diferentes esferas de governo e seus respectivos órgãos. (BRASIL, 2003).

Em sendo assim, para a transformação do rural que se deseja, não na qualidade do “novo rural” conceitual, mas no rural fundamentado nas raízes e em respeito as suas origens, dar-se-á mediante o fortalecimento da autonomia social, política e econômica das comunidades rurais em seus territórios; na perspectiva de superar a dicotomia do urbano em relação ao rural, confundindo-os e estabelecendo uma relação de dependência entre ambos, e ao mesmo tempo preservando as características do meio rural. Sobretudo, uma atividade agropecuária que valorize as forças e os agentes endógenos, de tal forma que a escolha do processo, do instrumento e da forma, seja compartilhada com as comunidades populares.

Superando, por assim dizer, a lógica produtivista consubstanciada pelos interesses do capital para novos paradigmas em que o humanismo prevaleça sobre qualquer outro,

sinalizando para o ganho coletivo, ou de outra forma, perceber o mundo mediante a ótica da coletividade e do bem comum.

O aspecto ideológico, entretanto, não deve perder de vista de que os recursos aplicados à reforma agrária são públicos, portanto disputam outras áreas prioritárias como educação e segurança, e precisam convencer a sociedade de sua viabilização. Não são poucos os autores e entidades em sua defesa.

Os assentamentos rurais enquanto expressão mais nítida da reforma agrária no Brasil deve, em parte, responder a tais indagações.

### **3 A DINÂMICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS**

Para análise dos assentamentos rurais no Brasil, expressão mais nítida das políticas públicas voltadas para o meio rural, além de exigir a compreensão dos movimentos históricos desenvolvimentistas, mas também a identificação do perfil e da condição socioeconômica do assentado, além das ações de cunho eminentemente estatais.

#### **3.1 ASSENTAMENTOS: UMA CARACTERIZAÇÃO INTRODUTÓRIA**

O processo de reforma agrária pode ser entendido como uma política de Estado, cujo objetivo consiste em modificar o regime de posse e uso de terras, com suficiência para a promoção da justiça social e da melhor qualidade de vida para as populações rurais.

Os assentamentos rurais, enquanto instrumento que executa a política de reforma agrária são, segundo Bergamasco e Norder (1996, p. 7) “[...] novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra [...] envolve também a disponibilidade de condições adequadas ao uso da terra [...]”.

A realidade dos assentamentos assume a envergadura de um programa de grande impacto na estrutura fundiária do Brasil, constituído por mais de cinco mil projetos espalhados em todas as regiões, muito embora incipiente para mudar a realidade agrária do país. Tal realidade se apresenta como um conjunto de variáveis com grande diversidade, seja nas áreas de produção, de organização sociopolítica, de extensão dos lotes e do próprio assentamento, até nas relações assistenciais de crédito e técnicas, bem como no modo de vida de uma maneira geral.

Em parte o presente trabalho busca levantar questionamentos em torno dos assentamentos rurais, notadamente nas análises socioeconômicas, em detrimento das exclusivamente econômicas, com o entendimento de que a viabilidade da política pública

deve ser analisada considerando múltiplas variáveis, algumas de aspecto interno e outras de aspecto externo ao assentamento.

Os assentamentos podem ser classificados em cinco tipos, a saber:

i) projetos de colonização, originados e formulados durante o período militar, a partir dos anos 70, visando a ocupação das áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola; ii) reassentamento de populações devido a construção de usinas hidrelétricas; iii) planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; iv) programas de reforma agrária; e, v) criação de reservas extrativistas e outras atividades de cunho ou de aproveitamento de recursos naturais renováveis (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 8).

Quanto às formas básicas de colonização, são classificadas nos tipos: espontânea – que se caracteriza pelo estabelecimento de grupos sociais em uma determinada região, com seus próprios recursos e por livre iniciativa; dirigida – que envolve um mínimo de orientação e estímulo quanto a escolha e/ou organização da área a ser colonizada; e planejada – que consiste na elaboração do planejamento global, desde a escolha da área geográfica, da seleção dos grupos que irão ocupá-la, até o aproveitamento dos recursos e da atividade econômica a ser realizada.

Em torno dos assentamentos rurais e em sua defesa ou contradições, Abramovay (1994) apresenta três correntes de argumentações. Primeiramente aquela que os justifica por razões sociais da luta pela terra e pela cidadania. Uma segunda corrente de pensamento estabelece comparação entre o nível de rentabilidade econômica de empresas rurais existentes e os assentamentos. Por último, a noção de competitividade econômica dos assentamentos face o custo de oportunidade do fator trabalho dos assentados.

Cabe, *apriori*, mencionar os interesses diversos quanto ao estabelecimento dos assentamentos rurais. Fruto de determinantes históricos de exclusão, o assentado, agente acéfalo do processo de reforma agrária, caminha em busca de uma alternativa de sobrevivência em um mundo que o colocou à margem das oportunidades. Sem nenhuma chance de empregabilidade, seja nos setores de serviços ou mesmo na indústria, e ainda desprovido de qualificações profissionais, ocuparia os postos marginais de trabalho, quando muito.

A agricultura de escala, o agronegócio e a impiedosa trajetória do capital, traçaram o destino infértil de milhares de pessoas no campo, ora deslocando-os para a margem

marginalizada dos grandes centros, ora mantendo-os submetidos à precariedade de vida e trabalho em vilas e comunidades rurais.

Trata-se, portanto, os assentados, de uma categoria de pessoas que representam um descarte social, feridas pela história econômica agroexportadora que promoveu a instituição da grande propriedade, movida pela expropriação das relações de trabalho, de início com a escravidão e posteriormente com novas formas de relações contratuais.

A resultante foi trabalhadores desprovidos de relações estáveis na produção agrícola, promovendo o processo de desenraizamento e a busca subsequente da moradia definitiva como um dos pilares que movem as populações sem-terras, tornando-se sua bandeira de luta.

Não é, pois, surpreendente que a morada e a instituição da morada estejam no centro das motivações e aspirações de acampados e assentados e constitua o referencial de seu imaginário e de suas formulações utópicas. [...] É nela que se encontram os mecanismos de reprodução da família e da sociabilidade familiar. [...] Mesmo que haja outras dimensões, especialmente econômicas, envolvidas na mediação da morada e na luta pela terra. Quem vê esse último aspecto vê o secundário [...] (MARTINS, 2009, p. 21).

A busca pela posse da terra tem envolvido situações que vão de áreas ocupadas com posseiros ou exploradas por parceiros e arrendatários, áreas improdutivas reivindicadas pelos movimentos sociais, áreas de exploração extrativista, ou ainda áreas de empresas em estado falimentar ou negociadas com o poder público.

O assentado é um ser de múltiplas origens, disposto a reverter condição de posseiro, de agricultor que perdeu suas terras, de assalariado rural, de extrativista, de periférico urbano, todos têm em comum a imperiosa necessidade de se ver em seu espaço próprio, o lote.

Em se tratando das questões econômicas, uma vez resolvidas aquelas referentes à moradia e reprodução familiar, o assentado, agora agricultor, se vê diante das fragilidades institucionais. Inócuo, tem dificuldades com as estruturas do setor público, com a lógica financeira dos bancos e das agências de financiamento, com a relevância documental que se sobrepõe ao ciclo das culturas e das criações, somente subserviente aos ditames da natureza. A resultante é falta de recurso ou recurso extemporâneo, que chega quando não mais pode surtir seus efeitos produtivos.

[...] o financiamento nunca chega na hora certa [...] você faz o projeto para plantar, tem o tempo certo do plantio e esse dinheiro nunca chega no exato momento, chega depois que passa o tempo do plantio, [...] você já não tem mais recurso, já não tem mais verba para plantar [...] (MORAES apud MARTINS, 2009, p. 38).

O crédito e a assistência técnica se constituem no pilar de sustentação da agricultura familiar. Sua ausência, extemporaneidade ou insuficiência conduz o Com-terra à condição de órfão do processo produtivo. Agora, já não sabe o que fazer com ela, e se coloca diante do desafio de produzir com o pouco que tem, com o pouco que sabe e com o pouco que aprendeu, se é que lhe ensinaram alguma coisa na vida. (QUINTEIRO apud MARTINS, 2009, p. 39) retrata a relação do agricultor com os bancos:

Só para começar, o Banco do Brasil não quer mais mexer com a gente. A gente é pequeno e aí eles não têm mais interesse, então a solução para nós seria a cooperativa de crédito que a gente tá criando.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já havia concluído, precipitadamente, pelo fracasso da reforma agrária no Brasil, se justificando na renda inferior a dois salários mínimos por família assentada, com parcela significativa sobrevivendo de atividades externas ao lote, inclusive a de assalariados.

Assim, nos casos de impossibilidade de torná-las produtivas, a opção das famílias acaba sendo a venda de suas parcelas de terras, quase sempre a fazendeiros de maior porte, colaborando para o fenômeno de reconcentração de terras. Nessa perspectiva, na região Norte, conforme INCRA (2001), a taxa de abandono de lotes é superior à média nacional, atingindo 60% no Estado do Pará.

A resultante nesses casos não poderia ser outra. O alto grau de desistentes com a conseqüente revenda dos lotes é uma realidade comum em muitos assentamentos. Trata-se, excetuando os oportunistas, do fim da luta; do reconhecimento da derrota. Aí o lote é vendido, se quebrando o processo de reintegração na sociedade para um novo assentado, em nova aventura, dado que empregou os escassos recursos que dispunha na aposta do lote produtivo; ou para pessoas que em nada se identificam com a reforma agrária, chacareiros – para diversão, fazendeiros – para ampliar suas posses, e mesmo gente da cidade – para negócios secundários. Não são raros, em função dos desistentes, os movimentos de reconcentração de lotes, buscando novamente as distorções no campo.

Do ponto de vista dos impactos econômicos regionais, no entanto, a questão mais polêmica busca analisar as implicações econômicas do assentado e de sua família. Nesse aspecto, Zamberlam e Florão (1991, p. 36) realizaram um estudo sobre assentamentos rurais na economia em municípios na região de Cruz Alta (RS) e constataram que:

[...] Os resultados econômicos dos assentamentos em termos de geração de impostos diretos e indiretos têm sido um fator positivo aos cofres públicos. [...] a colocação de terras de latifúndios para assentamentos de trabalhadores rurais tem viabilidade econômica. O nível de produção e produtividade, a qualidade de vida dos assentados, tem reafirmado a condição intrínseca do expressivo excedente, que colocado no mercado e reforça o próprio fim social da terra. [...] Os retornos em forma de tributos diretos e indiretos para a sociedade, por seu montante, demonstram que os assentamentos são centelhas energizantes na alimentação e aquecimento do sistema capitalista, seja pelos tributos gerados, seja pela demanda e oferta de produtos ao mercado.

Outros estudos mostram os efeitos do aumento da produção de alimentos e da demanda de produtos industrializados, seja na forma de insumos de produção, seja como bens de consumo, provocando elevação da arrecadação tributária.

Em Promissão (SP), uma área de aproximadamente 15.000 ha dedicada a pecuária extensiva e empregando uma dezena de trabalhadores, foi desapropriada e passou a ser explorada por 630 famílias. Após oito anos, apesar de inúmeras dificuldades enfrentadas, o assentamento transformou-se em um dos principais pólos de arrecadação tributária e de desenvolvimento regional (ITESP, 2000, p. 23).

Na defesa da reforma agrária, portanto, o viés econômico pode ser melhor avaliado se considerarmos o mecanismo de geração de empregos a baixo custo. Sparovek (2003, p. 21) demonstra em números:

Como exemplo, vamos considerar o assentamento de 1.000.000 famílias com 30 ha de área útil por família, e cada família empregando três pessoas. Nesse exemplo seriam criados três milhões de empregos e incorporados trinta milhões de hectares à produção agropecuária. O custo de assentamento de uma família varia entre R\$15 e R\$20 mil, gerando um custo de cada novo emprego entre R\$5 e R\$7 mil. Este valor representa uma reduzida fração do investimento necessária para a criação de um emprego na indústria.

De outra ordem, a geração de empregos na produção agropecuária provoca efeitos à montante nas indústrias produtoras de suprimentos e nos segmentos responsáveis pelos

serviços inerentes à produção, tais como transporte, assistência técnica, armazenamento, entre outros.

Há ainda que se considerar que parte dos alimentos produzidos será consumida in natura, aumentando sua oferta nas feiras e revendas, e outra parte processada nas agroindústrias, agregando valor e permitindo a constituição de cadeias de produção de eficiência já comprovada.

Quando se juntam às razões de ordem econômica, outras de caráter social se constata melhorias substanciais na qualidade de vida das famílias assentadas, senão pelos ganhos diretos advindos da produção agrícola, mas pelo conjunto de efeitos gerados.

Na maioria absoluta dos casos, como veremos, as famílias se encontram em melhores situações se comparadas às suas realidades anteriores. Os efeitos na família são de agregação e até de elevação da família nuclear básica. A condição nômade do trabalhador rural é substituída por uma nova identidade do *COM-TERRA*, *COM-CASA* e *COM-TRABALHO*, demonstrando a complexidade que o movimento de assentamento requer e provoca.

Não se pode dissociar o fundamento social dos programas de reforma agrária, uma vez que famílias beneficiárias dos lotes de terras são as mesmas que aliviam as pressões nas cidades ou representam os menos favorecidos no campo. Finalmente, o lote de terra não poderá se constituir em elemento de permanente subserviência e dependência do poder público, tendo que alcançar viabilidade econômica, quiçá os limites de sua reprodução enquanto categoria social de agricultores familiares.

Santos (2009, p. 29) aponta ressaltando a questão social:

[...] a reforma agrária é importante porque hoje há 200 mil famílias acampadas aguardando ser beneficiadas com um pedaço de terra pelo programa de reforma agrária em todo o Brasil. Seria esta uma questão social que não se resolveria com políticas sociais de renda mínima para uma população desempregada expulsa do campo pelo progresso técnico das grandes lavouras e pela expropriação realizada pelo latifúndio.

Entre os argumentos mais apropriados em defesa da reforma agrária estão suas prerrogativas sociais. Servindo como política de inclusão social, de combate ao desemprego, de proporcionar movimento migratório inverso ao êxodo rural resultante do processo de modernização conservadora, a destinação de terras a famílias de agricultores resgata dignidade e emancipação.

Produtores que se colocam na condição de arrendatários, parceiros e minifundiários são, com o nosso entendimento, os potenciais protagonistas da reforma agrária. Reunindo a experiência com o trabalho no campo, ao sonho de ter sua própria propriedade, se constitui em elemento chave para o sucesso do programa.

A complexidade e a dinâmica em torno dos assentamentos rurais não pode ser alvo de avaliações fragmentadas. Se em muitos casos a viabilidade econômica não foi constatada, o resgate social e suas implicações parecem superar o viés econômico. Esse é o entendimento de Martins (2000, p. 164) quando afirma,

[...] os fatos demonstram, no período recente, que a disseminação da agricultura familiar com base nos assentamentos da reforma agrária para não poucas famílias, multiplica a renda, melhora a qualidade de vida e suprime fatores de anomia e desagregação familiar.

Ao que parece, a acomodação da família do agricultor no seio do assentamento, provoca mudanças positivas nas estratégias de reprodução familiar, criando sujeitos sociais ativos, com nítida melhora nas condições de vida.

No que diz respeito às formas de organização social, as associações estão presentes na maioria dos assentamentos, dado às exigências do poder público, com as cooperativas surgindo secundariamente. Se tais formas de organização podem significar existência apenas formal de representatividade, em muitas outras representam os interesses externos dos assentados na busca de apoio à saúde e produção, além de interesses internos de sociabilidade e fortalecimento da identidade do grupo.

A partir da criação dos assentamentos, a vida dos assentados assume nova dinâmica, surgem novos espaços e redes de sociabilidade, refazem-se e reconstróem-se os antigos, e estabelece-se uma nova dinâmica para fora do assentamento, na interação com as cidades e com o poder público municipal, e uma nova inserção na dinâmica política local (LEITE *et al*, 2004, p. 111).

Os assentamentos têm permitido que muito além do fortalecimento da família nuclear, formato mais comum de composição no lote, tem permitido o abrigo ou a assistência de familiares em situação de desamparo social (desemprego, subemprego), permitindo suas chegadas ao assentamento, ou mesmo como ponte para acesso a algum novo lote.

[...] Assim, os assentamentos podem estar se tornando um mecanismo importante de recomposição de famílias, aproximando membros antes dispersos, em especial os filhos casados, contribuindo conseqüentemente para garantir a reprodução não apenas econômica, mas, fundamentalmente social desses grupos de trabalhadores (LEITE *et al*, 2004, p. 123).

A despeito de posicionamentos controversos, pontos pacíficos envolvem a deficiência estrutural da implantação dos assentamentos como elemento determinante do sucesso dos investimentos. Nesse sentido, há que se concordar com a visão de Abromovay (2000), quando trata do esvaziamento social, econômico, político e cultural dos espaços rurais e dos assentamentos em particular. A visão territorialista do autor defende o espaço rural como um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais nos quais os agricultores seriam protagonistas, embora dependentes dos investimentos em infra-estruturas e do fortalecimento do capital social local e regional.

Assim, Veiga (2001, p. 167), ao formular uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil, pautada, sobretudo, nas condições inerentes à necessidade de envolver múltiplos atores em uma perspectiva social, propõe “[...] o surgimento de um contrato territorial de desenvolvimento (CTD) a ser firmado com articulações intermunicipais cujos planos microrregionais de desenvolvimento rural sejam selecionados por instâncias competentes.”

À elevação dos níveis de responsabilidade para tratar as questões fundiárias nacionais, em especial a condução e a execução da política de reforma agrária, transformaria em definitivo as análises superficiais dos projetos de assentamento para uma questão social da maior importância.

Dado esses condicionantes, a problemática é estatal. O assentamento é fruto de um programa de governo, estando sujeito, portanto, à sua gestão. E em sendo o assentado uma categoria social que se coloca no centro do debate e das ações de reforma agrária, somente possível uma vez existente o próprio assentamento, os resultados e a responsabilidade do programa e das políticas atingem, de cheio, o governo.

[...] a outra face que tem os assentados de ter condições de produção garantidas pelo Estado, é estar completamente à mercê das ações ou omissões do Estado, o que não ocorre com o comum dos camponeses. [...] Cria-se assim um sistema de coerções e cobranças (potenciais) recíprocas que resulta numa espécie de tensão permanente (BERGAMASCO; FERRANTE, 1998, apud LEITE *et al*, 2004, p.65).

Ao que parece, as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário executadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) são desprovidas de um modelo lógico de planejamento público, onde não se consegue perceber os efeitos atomizados das unidades de assentamento, convivendo com realidades diferentes, resultados diversos e obscuridade com discrepância dos números nos casos estudados.

### 3.2 CASOS DE ASSENTAMENTOS EM NÚMEROS

Para a análise dinâmica dos assentamentos, à montante estaremos apresentando dados gerais e considerações dos estudos realizados pelo Censo da reforma agrária e executados pela Universidade de Brasília (UNB) a convite do INCRA em 1997; e posteriormente outros estudos, com o propósito de mostrar a evolução e a realidade dos beneficiários dos assentamentos.

Em se tratando de reforma agrária, o Censo (1997) já antecipava a dificuldade e a distorção dos dados entre instituições que respaldam a análise e discussão da questão agrária no Brasil, a exemplo do INCRA e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, há que se compreender a diversidade e heterogeneidade das informações acerca dos assentamentos rurais, marcadamente aquelas de cunho regionais, mas também intra-regionais.

Para os estudos do censo da reforma agrária, conforme relatado por Schmidt e outros (1998) se constatou que os dados do INCRA estariam superestimados em 37%, com fortes distorções em número de projetos, número de famílias por projetos, além de fenômenos como reconcentração de lotes, ausência de infra-estrutura nos estados do Norte e, sobretudo, uma realidade diversa entre estes e os estados das regiões Sul/Sudeste.

Em termos quantitativos, a região Nordeste detém a maior parte dos projetos de assentamento do país com 45%, enquanto a região Norte detém 22% dos projetos, 75% da área total e 42% das famílias assentadas.

Quanto à nacionalidade, sexo, idade e estado civil, o censo identificou 95,89% de beneficiários brasileiros, sendo 85,58% homens de 36 a 47 anos, e em sua maioria casados (59,8%). Quanto ao nível escolar, se constatou grandes diferenças entre as regiões do país, com melhores índices na região Sul e os piores na região Nordeste. Nesta, os níveis de analfabetismo declarados são elevados, alcançando índices de 49,83% no Ceará.

Em relação à atividade principal e outras habilidades, 80% se declararam agricultores, com 4,45% como trabalhadores rurais. Entre as outras habilidades, se destaca a declaração da “não-existência”.

Para o cônjuge, 70% são mulheres, com menor concentração no estado do Amazonas 56,34%, com instrução escolar onde 97,81% não estudam, sendo 28,57% de analfabetos. Sua ocupação é doméstica em 42,03%, tendo atividade agrícola 25,13%; para outras habilidades, 65% se declararam sem alternativa para atividade principal.

A atividade anterior do beneficiário é quase sempre agrícola, com ênfase na categoria agricultor. Entre as ocupações mais frequentes se destaca agricultores (53,96%), trabalhador rural (8,30%), garimpeiro (1,47%), motorista (1,45%), pedreiro (1,42%), bóia-fria (1,30%), entre outros.

Com relação à mobilidade horizontal dos assentados, no Norte a maioria vem de fora do Estado, com 34,81%, contrariando o resto do país como um todo, quando os mesmos são moradores da própria localidade.

Na relação trabalho/produção nas categorias: *POSSEIRO*, *PROPRIETÁRIO*, *ASSALARIADO* e *ARRENDATÁRIO*, especialmente no Estado de Roraima predominam a condição de proprietário do lote.

Na dimensão associativismo, que mede o grau de participação dos beneficiários em diferentes organizações sociais, o maior envolvimento individualizado é com a Igreja. No caso da região Norte, especificamente, a maior concentração ocorre na associação, seguida pela Igreja, com os sindicatos e pela cooperativa, por ordem de prioridade.

No que diz respeito à renda monetária familiar, as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram a maior concentração de renda, sendo salário e outras rendas as que têm maior representatividade. O Censo registrou índices contraditórios para a composição da renda familiar média da região Norte, onde esta se aproximou dos números da região Sul, e superou a média nacional em todos os itens (salário, remessas diversas, aposentadorias, serviços prestados e outras rendas). Registrou-se média de 3,7 salários mínimos por família, igualando à renda média mensal de famílias brasileiras na época.

Para os créditos recebidos, se percebe maiores incrementos nos últimos anos do censo, com ênfase para os três últimos, em média, tanto para os recursos destinados a alimentação, como fomento e habitação. O ano de 1996 apresentou o maior índice, acusando recebimento de 32,55%, 32,92% e 26,60, respectivamente, para os recursos citados (INCRA/CRUB/UNB). Para o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) - Custeio, apenas 26,20% respondeu afirmativamente, com apenas 2,60% recebendo mais de três vezes o

crédito. Para o PROCERA Investimento, apenas 24,30% responderam afirmativamente, com apenas 6,30% recebendo mais de três vezes o crédito.

Em relação à produção agropecuária, a cultura do milho se destaca, com área de 1,85 há e média de 37 sacos ao ano. Ainda se destaca as culturas do arroz, feijão, mandioca, feijão-de-corda, farinha de mandioca, café, cana. Na região Norte, além dos produtos citados se destaca a produção de abacaxi, laranja, melancia e cupuaçu.

Quanto aos veículos e implementos agrícolas, as bicicletas se constituem no item mais possuído, sendo que a região Sul lidera a posse de caminhões e tratores. Nos implementos agrícolas se destaca a posse de moto-serras na região Norte, com 18,92%. Para os instrumentos de trabalho, enxada, foice e machado são os que apresentam os maiores índices.

E por fim quanto aos aparelhos domésticos, o fogão e o rádio se destacam com índices próximos a trinta por cento. Aparelhos como televisores e geladeiras têm frequência maior na região Sudeste, e menor na região Norte com 6,44% e 4,95% respectivamente.

O relatório do Censo para os assentamentos da reforma agrária, especificamente na fronteira amazônica, aponta para 87% dos beneficiários do sexo masculino, mostrando que a participação dos homens é elevada nas regiões fronteira. Os beneficiários dos assentamentos se concentram na faixa etária de 28 a 57 anos (65,35%), sendo que em Roraima o percentual se eleva para 71,72%. Quanto às atividades profissionais dos beneficiários, 78% se declararam como agricultores. A baixa escolaridade revelou 42,84% de pessoas com ensino fundamental incompleto. Com relação à renda, 33% dos declarantes teriam recebido valores que representavam pouco mais de quatro salários mínimos.

Em outro estudo, que trata da análise dinâmica de assentamentos rurais em seis regiões no Brasil, Leite (2005) apresenta sua análise diagnóstica, com certas evidências do estudo anterior, bem como novas realidades.

No estudo, à exceção de São Paulo com paridade, todas as demais regiões confirmam o ambiente rural como local de origem anterior. O acesso ao lote é controverso, sendo majoritariamente adquirido a terceiros no Acre, Mato Grosso e Sergipe, e pelo Estado no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Quanto ao tempo no assentamento, à exceção de Mato Grosso, em todas as regiões se verificou o lapso de tempo superior a cinco anos.

No que diz respeito à localidade da moradia anterior, os números são diferenciados, merecendo destaque o Estado do Acre, onde apenas 14% das famílias provinham do mesmo município, com 44% oriunda de outros estados do país. Quanto à residência no lote, nos assentamentos do Acre, 7% dos informantes declararam que a família não reside no lote,

muito embora, como regra geral, sejam reduzidos os casos em que a família não reside na área.

Em todas as regiões prevalece o sexo masculino, com população acima de 40 anos, sem acesso a escola na infância. No Acre em especial, se registra uma participação expressiva de pessoas acima de 40 anos, e analfabetas ou com primeiro grau incompleto com percentual acima de 78%.

Para a dimensão fundiária de alta concentração no Brasil, surpreende a conclusão do autor:

Os projetos de assentamentos rurais que emergem na conjuntura dos anos 80 e 90 não alteram radicalmente esse quadro, motivo pelo qual não podemos classificar a política de assentamentos rurais como um profundo processo de reforma e distribuição da estrutura fundiária (LEITE, 2005, p. 130).

Quanto às dimensões dos lotes, foram verificadas áreas grandes (80 ha) nos Estados do Acre e Mato Grosso, e áreas médias e pequenas para os restantes dos Estados. Em particular, se observou a nítida destinação de área para reserva ambiental no Acre com 42%, 26% para o Mato Grosso e frações bem menores para os restantes.

O acesso ao crédito é restrito nos Estados do Acre e Sergipe, com pouco menos de um terço com financiamentos, se elevando em Mato Grosso e Rio de Janeiro para algo em torno de 50%, até a maioria nos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, com mais de 90%.

Para o impacto regional dos assentamentos, se percebeu um aquecimento do comércio local de bens de consumo finais e de materiais de construção em assentamentos de São Paulo, possibilitando em alguns casos a compra de equipamentos agrícolas. Ressalte-se no Rio Grande do Sul uma contrapartida, na medida em que o aquecimento na economia local favoreceu ao endividamento pessoal dos agricultores.

Na pauta de produção se observou grande discrepância no valor médio por família, saindo de R\$ 26.485,02 no Rio Grande do Sul, para R\$ 4.755,46 no Acre, para a safra 1996/97. Na comercialização, a maioria dos assentados comercializa os seus produtos, sendo destacada a intermediação por atravessadores nos Estados do Acre (71%) e Sergipe (90%). A venda através de cooperativas é extremamente relevante no Rio Grande do Sul (quase 50%) e bastante baixa no Acre (2,7%).

Com relação à geração de renda líquida nos assentamentos, são admitidos dois salários mínimos por família como limite da pobreza, somente no Acre não foi alcançado esse patamar. Nos demais casos perceberam-se valores superiores a cinco salários mínimos. Na

composição da renda, a renda direta do lote atingiu os 60% no Acre com a menor participação, onde pesam os ganhos advindos da previdência e outras fontes, enquanto nos estados restantes atingiu 80% da composição dos ganhos totais.

Para as condições de vida em geral, são informadas grandes disparidades entre os assentamentos do Norte (Acre) e os do Centro Sul, sobretudo na precariedade das moradias, na fonte de energia elétrica, na posse de bens de consumo duráveis e na alimentação.

Priorizando respostas relativas às melhores condições de vida na qualidade de assentados vis-à-vis suas situações anteriores, no item moradia a resposta foi que a situação atual está melhor que a anterior. O mesmo ocorrendo na saúde, de forma menos expressiva. Para a alimentação, dado a possibilidade do autoconsumo, as respostas são de melhora substancial. A educação, o lazer e o acesso a informação também foram abonados pelos declarantes. Caso *sui generis* no Acre, conquanto que a renda não tenha se excedido em dois salários mínimos, ainda sim tenha aumentado o poder de compra.

Em se tratando de assentamentos, a questão que envolve a eficácia e eficiência do programa passa a ser tema que pode se constituir no limiar entre o fortalecimento dos posicionamentos contrários à sua política, respaldados, sobretudo, em sua antieconomia; ou de outra forma, no convencimento das múltiplas faces inerentes ao processo e em cujo dinamismo se autoriza a consecução do seu sucesso.

A análise dinâmica de assentamentos está descrita no trabalho realizado por Leite e outros (2004), estudando assentamentos aglomerados em manchas de concentração<sup>10</sup>.

Na caracterização desse estudo, quanto ao trabalho exercido antes do assentamento, 75% da população assentada estava ocupada anteriormente em atividades agrícolas na forma de assalariados (permanentes ou temporários), posseiros, arrendatários, parceiros e membros não remunerados da família. Na mancha do Sudeste do Pará predominam os membros não remunerados da família com 43% do total. Também a grande maioria das famílias (80%) dos responsáveis pelos lotes vivia no campo, no próprio município do assentamento ou vizinhos, à exceção do Sudeste do Pará e o DF.

Em relação às experiências anteriores na agricultura ao longo da vida, 94% dos responsáveis pelos lotes já as possuíam, sendo homens (85%), com no máximo até a quarta série do ensino fundamental (87%), e idade entre 30 e 59 anos (74%). Na maioria dos lotes trabalha uma família nuclear, com média de cinco pessoas, se constituindo os assentamentos

---

<sup>10</sup> Estudo de projetos de assentamentos aglomerados em determinadas regiões do país (Sul da Bahia, Sertão do Ceará, Entorno do Distrito Federal (DF), Sudeste do Pará, Oeste de Santa Catarina e Zona Canavieira do Nordeste), delimitando certa territorialização da reforma agrária, procurando perceber seus impactos em escala.

em importante fonte de trabalho e reprodução social, considerando média de 36,5 famílias por projeto (de 100 a 500 hectares) até 224,1 famílias por projeto (com mais de 5000 hectares).

No que diz respeito às condições edáficas, a maioria dos projetos apresentou restrições de fertilidade e textura, com 61% apresentando topografia relativamente plana. Para a organização do espaço no assentamento, apenas 26% se constituíam em agrovilas, tendo as demais casas individualizadas em seus lotes.

O tamanho dos lotes acaba sendo maiores, em projetos de maiores extensões; e de menores lotes, nos projetos de pequenas dimensões, valendo também a ressalva de se ter registrado lotes menores em assentamentos de menor densidade populacional. Em média se registrou o tamanho de 35,5 ha. Cabe o registro de que 27% dos agricultores não informaram o tamanho do lote, e em 70% desses casos, a razão foi a ausência de demarcação pelo INCRA.

As áreas de reserva legal representam, em média, 40% da área total dos lotes, sendo que, no Pará, por exigência legal, tais áreas chegam a 53% do total. Vale registrar a ausência de manejo integrado nas reservas, o que implica em reduções de suas oportunidades econômicas. Também se constatou na forma de organização da atividade produtiva, a situação individual/familiar em relação à associativa.

De forma acentuada, se registrou a análise geral das condições de infra-estrutura como bastante deficiente acompanhando o padrão geral de precariedade do meio rural brasileiro. Ainda com relação a infra-estrutura foi constatado a ampliação de demandas ao poder público em geral (estradas, escolas, saúde, energia e crédito), impactando na economia local e regional de diversas formas, por meio inclusive de participação na esfera política da região.

No que diz respeito à cobertura pelas políticas de crédito, cerca de três quartos das famílias dos projetos foram atendidas pelos créditos de habitação, fomento e alimentação.

Nesse caso se verifica que o conjunto de assentamentos ganha sinergia nas demandas ao poder público, vis-à-vis assentamentos isolados.

A extemporaneidade dos recursos atinge média de quatro anos nos recursos de fomento, de cinco anos para o crédito de habitação e também de quatro anos em média, para os recursos de alimentação. Os problemas decorrentes desse atraso são marcantes, e mesmo definitivos, em alguns casos. O INCRA se defende, alegando que necessita do reconhecimento formal do assentamento para executar a política de crédito.

Na maioria dos projetos se registrou problemas de falta de água ou água de má qualidade. Também não se verificou qualquer sistema de escoamento de esgoto na maioria dos projetos, e fossas comuns em 40% dos casos. Em termos gerais, embora a energia elétrica

esteja presente em 78% dos projetos, somente 27% dos assentamentos são servidos por ela. Um dado importante é de que em 66% dos projetos estudados a energia foi instalada após a constituição do assentamento.

Quanto às estradas, somente em 30% dos projetos as estradas são boas, com a inacessibilidade atingindo 52% dos lotes em épocas de concentrações de chuvas. De maneira geral, as estradas são precárias, principalmente nas chuvas, prejudicando o acesso aos serviços de saúde e educação, bem como impactando negativamente na comercialização da produção. Por outro lado, com os assentamentos foi percebida a ampliação da frota de veículos de transporte público e, mesmo particulares, dado a extensão dos serviços públicos, beneficiando toda a população rural residente no trajeto.

Para a educação se registrou que 90% dos responsáveis pelo lote têm até a quarta série do ensino fundamental, mas com possibilidades de escolarização dado que 64% dos assentamentos tinham Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola está presente em 86% dos assentamentos pesquisados, com boa parte delas (84%) criadas em períodos pós-assentamento, indicando o papel dinamizado de atividades e empregos gerados a partir de sua instalação. Em 71% dos assentamentos, a presença da escola foi produto da demanda dos assentados, embora ainda em número reduzido, com apenas uma escola por assentamento em mais da metade dos casos. Também não se registrou a ocorrência de escolas de ensino médio, ou tampouco técnicas nos projetos. De forma geral, a população avaliou a situação atual como melhor que a anterior em 70% dos casos.

Quanto à saúde, a situação se inverte, com apenas 21% dos assentamentos com posto de saúde. Na maioria dos casos, os assentados procuram esse serviço na sede do município, sendo comum a presença de agentes de saúde. De qualquer forma, os entrevistados consideraram que suas condições de saúde melhoraram com o assentamento em mais da metade dos casos, sendo que em um terço dos casos, a resposta foi de que não houve melhorias em relação à situação anterior à chegada ao assentamento.

Os organismos internos de representação nos assentamentos estão presentes em 93% dos casos, com a associação sendo a forma mais comum; já as cooperativas surgem em 13% dos casos, indicando que as primeiras correspondem às exigências do estado para o repasse de créditos. Um elemento de destaque nas relações socialmente estabelecidas foi o forte registro da presença de parentes em outros lotes (62%), indicando o assentamento como meio de integração familiar.

Os assentamentos se revelaram como importante forma de geração de emprego, com média de três ocupações por lote. Cabe ressaltar que do percentual que se declarou como

população que trabalha fora do lote, mais da metade exercia atividades dentro do assentamento, em atividades agrícolas e não agrícolas (construção de estradas, professora, merendeira, agente de saúde, etc.). Ainda sobre as questões de emprego, se somarmos os 80% que afirmaram trabalhar no lote, com aqueles que trabalham fora do lote, mas dentro do assentamento, este absorve o trabalho de 94% da população assentada. Na avaliação sobre suas condições de trabalho, 84% declarou que houve melhoras em função do aumento da renda e da “liberdade”.

Nas populações estudadas a vida social dos assentados ocorre dentro dos assentamentos, sendo que um dos impactos mais evidentes tem sido o crescimento das feiras e do comércio local. Mas não somente isso, autoridades locais revelaram que os assentamentos mudaram o perfil agrícola municipal, aumentando a produção e a circulação de dinheiro.

O comércio melhorou. A distribuição de renda não ficou em uma só pessoa. Agora as pessoas têm direito de comprar e plantar. Se fosse um fazendeiro só, ele compraria em outro lugar. E a feira é para os pequenos agricultores da região, a expressão de sua autonomia (LEITE *et al.* 2004, p.135).

No caso de instalações e máquinas há um problema de oferta de crédito e investimento nos assentamentos, revelando que em mais de um terço dos lotes (36%) não se empregou nenhum tipo de máquina ou equipamento. Para o uso de insumos, quase a metade utilizou apenas um ou dois tipos de insumos, sendo que a maioria pratica agricultura química, seguindo pacote tecnológico convencional.

Os dados apontam para uma insuficiência na cobertura de assistência técnica para os assentados, com apenas 16% ter participado de reuniões com técnicos.

Em relação ao crédito, uma constatação foi de que apenas a partir da condição de assentados foi possível ter acesso a crédito, atingindo dois terços dos assentados estudados. De uma maneira geral os créditos chegam aos projetos mais maduros, sendo que as principais queixas se dão em função do atraso nas liberações (78%), dificuldades com a documentação (7%), exigência de compra de outros produtos do banco ou garantias (4%), elaboração de projetos (2%), entre outros.

Finalmente em relação à renda, se identificou que a renda dos lotes correspondem a mais de dois terços da renda total (69%), atividades de trabalho externo (14%) e os benefícios previdenciários (17%). No total geral, 40% das famílias entrevistadas auferiram um rendimento médio mensal menor ou igual a um salário mínimo vigente na época da pesquisa. Na faixa de um a três salários mínimos, estão cerca de um terço dos entrevistados, e acima de

três salários mínimos, cerca de vinte por cento das famílias. Ainda que com essa expressão em números, cerca de dois terços declararam uma situação de melhoria em seu poder de compra.

Para as condições de vida, aumentou o número de famílias que possuem fogão a gás, geladeira, televisão, antena parabólica e máquina de lavar. O meio de transporte mais comum é a bicicleta (42%), com carros representando apenas 8% dos assentados, mas ainda sim quadruplicou. A alimentação melhorou em dois terços dos entrevistados, melhorando também as condições de habitação. De forma geral, em todos os aspectos das condições de vida, as avaliações dos assentados são majoritariamente positivas.

Em pesquisa do Jornal Folha de Boa Vista - Roraima, publicado em 22/12/2010, realizada em todos os estados e no Distrito Federal foram ouvidas 16,1 mil famílias pelo INCRA, procurou-se identificar o perfil e o nível de satisfação das famílias assentadas.

Segundo a pesquisa, a maioria dos entrevistados reclama do acesso aos hospitais e postos de saúde (56%), das estradas vicinais (57%), da falta de acesso ao PRONAF (48%). Os assentados, em sua maioria, são homens (53,42%), a escolaridade é baixa, dado que apenas 5,23% têm ensino médio completo e 0,51% tem ensino superior; o acesso ininterrupto a energia somente atende a 43,86% das famílias e apenas 1,14% dispõe de saneamento básico.

O presidente do INCRA, Rolf Hackbart (2010), reconhece as dificuldades estruturais dos assentamentos, “Precisamos investir ainda muito na saúde dos assentamentos. [...] O que falta é massificarmos a assistência técnica, o crédito só chega depois. [...] Integrar a economia regional e gerar renda são os grandes desafios em qualquer região”

A despeito de todas essas dificuldades, mais da metade dos entrevistados apresentaram relatos de melhora nas condições de vida nos quesitos alimentação (56,3%), educação (56,1%), moradia (55,7%), renda (55%), tendo a saúde registrado melhorias em 43,3% dos casos. Em se tratando especificamente dos aspectos voltados para o rendimento dos assentados, as diferenças são dramáticas dado que 27% têm renda acima de cinco salários mínimos em Santa Catarina, e 29% têm renda abaixo de um salário mínimo no Ceará.

### 3.3 UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA NO NORTE E EM RORAIMA

Historicamente, a Amazônia tem sido percebida a partir de uma perspectiva de colonização de novas terras ou terras ociosas, vis-à-vis o processo redistributivo de áreas sob o domínio particular improdutivo.

Um recorte do tempo em meados do século passado encontra o registro legal da reforma agrária na constituição de 1946<sup>11</sup>, quando o estado decide pela ocupação da região, em detrimento da redistribuição das grandes propriedades no resto do país.

O referido processo de colonização reúne equívocos importantes. Em primeiro lugar, segundo Shneider e outros (2000), somente 7 % da região ou cerca de 350.000 km<sup>2</sup> apresenta relativo potencial agrícola. Esse importante dado revela fragilidade no planejamento e na condução da reforma agrária, sem que critérios de zoneamento tenham sido considerados. Outrossim, o Código Florestal obriga os proprietários a manterem reserva de 80% da floresta nos estabelecimentos rurais em condições de floresta amazônica, o que implica na necessidade de rever o sistema de derruba da vegetação e exploração não racional da área com culturas exaustoras e ou implantação de pastagens.

As conseqüências do ponto de vista ambiental se fizeram sentir através da degradação e do comprometimento dos recursos naturais, com taxas de desflorestamento de 10.000 Km<sup>2</sup> anualmente, e mais de 50% das terras colonizadas em estado de abandono. Não se observou do ponto de vista técnico, uma exploração de caráter agroecológico, a exemplo de sistemas agroflorestais, manejo racional de essências nativas, e mesmo criação de animais em regime de sistemas agrosilvopastoris, entre alternativas ecológicas econômicas.

A viabilidade dos projetos também foi comprometida pela ausência de infra-estrutura, seja nos aspectos que envolvem logísticas e sazonalidade de distribuição da produção, seja nos aspectos assistenciais técnicos e creditícios.

Apesar desse quadro de vicissitudes, a reforma agrária tem sido uma resposta para a histórica injustiça no campo. Não se podem negar exemplos em que a unidade produtiva tenha alcançado suficiência econômica e uma opção digna para a vida de muitos agricultores. Não

---

<sup>11</sup> A Constituição de 1946, no seu art. 147, delimitava que “o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social” e no parágrafo 5º nesse mesmo artigo mencionou-se pela primeira vez desapropriação para fins de Reforma Agrária. (BRASIL, 1946)

obstante, diversos autores associam o sucesso dos programas ao acesso a mercados, a assistência, ao crédito, entre outras variáveis determinantes.

Por outro lado quando se pensa em reforma agrária, alguns autores discutem sua real necessidade frente à constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs), na medida em que a força de trabalho rural seria requerida pelo capital industrial. Os argumentos defendidos por diversos autores ressaltam os aspectos relativos a produtividade, à escassez de terras no centro sul, bem como à eficácia dos assentamentos na região norte, como em Muller (1994, p. 235), tratando dos CAIs:

[...] uma formidável máquina agrária, que produz muito, de tudo e com elevada produtividade, sendo capaz de produzir muito mais sem incorporar mais gente, seja como mão-de-obra, seja como proprietário. Nesse sentido, não há porque distribuir terra e produzir novos proprietários agrários. O fundamental para elevar, diversificar e qualificar mais o excedente agrário, não reside em incorporar mais gente nem mais terra ao processo produtivo, mas sim, em dispor de um padrão financeiro que permita intensificar a exploração do trabalho e da terra e a incorporação de progresso técnico.

Na defesa daquele ponto de vista, se discute a transformação do segmento produtivo agrícola e sua submissão aos ditames da indústria nas últimas décadas, à exceção das regiões Norte e Nordeste. Na visão de Graziano Neto (1994, p. 251), corroborando com a regionalização do programa, os projetos de reforma agrária se justificam na região amazônica,

Na região pré-Amazônica, entre os estados de Tocantins, Mato Grosso, Pará, Amazonas e Maranhão, certamente há muita terra desocupada, embora com florestas naturais, que poderiam ser desapropriadas para serem distribuídas aos trabalhadores rurais, tanto os da própria região como aqueles trazidos de fora. Grandes projetos de assentamento rural poderiam nessa região ser implantados, beneficiando milhares de famílias e diminuindo os conflitos existentes.

De fato, no estado do Pará grande parte dos assentamentos é resultante de processos de ocupações conflitantes, ao longo dos anos oitenta. Como resposta, o governo promoveu um amplo programa de implantação de unidades de assentamentos naquele estado, algo que implica em cerca de 30% das terras destinadas àquele mérito.

Trata-se, portanto, do ponto de vista do Estado brasileiro, de legitimarem posseiros ou invasores para o programa fundiário nacional, o que não significa modelo de reforma agrária, nem tão pouco de se sensibilizar com os condicionantes regionais, com o funcionamento

pleno do assentamento porque dependente de elementos estruturantes sem os quais o programa pode fracassar.

Como se expressa coerentemente Martins (2009, p. 44):

Aí fica claro que o projeto político da ação é submeter os candidatos à terra no programa de reforma agrária a um período de confinamento em que os liames sociais permanentes são substituídos por vínculos provisórios e administrados. [...] No fundo, são eles objetos de experimentos políticos e sociais, viáveis unicamente numa história social de sujeição que ainda é um dos dolorosos legados da escravidão, juntamente com o latifúndio.

De fato, a implantação de um amplo programa de reforma agrária na região Norte sem a correspondente infra-estrutura produtiva e de mercado já anteciparia o comprometimento do sucesso dessas ações. Ao que parece, os números expressivos de unidades implantadas de assentamentos rurais são fruto de interesses dos que lutam pela terra com o entendimento de que a região ainda necessita dos projetos colonizadores de ocupação, e ainda bons negócios fundiários, haja vista a desapropriação por valores de mercado de áreas particulares.

Aos que conhecem a região, compreendem as dificuldades infra-estruturais de transporte, saúde e nível tecnológico, para qualquer investimento que envolva famílias e produção agropecuária, e, portanto, para a viabilidade das unidades produtivas.

Os argumentos em favor da reforma agrária no Norte são outros.

Do ponto de vista social trata-se de região desamparada de ações empreendedoras privadas, e por isso mesmo quase sempre dependente de recursos públicos que impliquem em empregabilidade para os conjuntos familiares.

Nesse sentido, um processo estruturado de reforma agrária no Norte poderia se constituir em grande oportunidade de melhor qualidade de vida para as populações locais, proporcionando a produção de alimentos para o mercado regional, quase sempre dependente de produtos do Centro Sul.

O perfil do assentado de fronteira foi desvendado. Seria finalmente um lavrador num processo de intensa mobilidade espacial e profissional em busca de terra. Ele, jovem, ela mais jovem, e com poucos anos de estudo; sonham em formar os filhos em Técnicos Agrícolas ou Advogados; se a renda é pouca, a despesa é muita, é o que dizem muitos agricultores. De qualquer forma, o INCRA poderá permitir a saída do cativo, e a perspectiva de dignidade na vida.

Em um trabalho que tratou de avaliar a qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira, relatadas abaixo, Maule e outros (2003) trataram de criar índices de mensuração de variáveis qualitativas.

O índice de eficácia de reorganização fundiária mostra a relação entre o número de famílias morando no Projeto de Assentamento (PA) e a sua capacidade de assentamento, procurando perceber a capacidade do governo em alterar a estrutura fundiária. Nesse caso, a avaliação foi bastante positiva, apresentando valores elevados e muitas vezes próximos ao ideal. Roraima, em particular, apresentou índice de 42% de eficiência, valor 51,21% menor que o da região Norte que foi de 82%, e 44,21% menor que o índice para o Brasil que foi de 95%, no período de 1985-1994. No período de 1995-2001, o índice para o Brasil foi de 90%, com a região Norte apontando por 84%, portanto muito próximo da situação nacional, e Roraima 60%, ou seja, apenas 66% do valor para o Brasil.

O índice de qualidade de vida integra as condições de moradia (acesso, casas definitivas, água potável, esgoto, eletricidade, transporte público, estradas internas, ensino fundamental, ensino médio, saúde regular e saúde emergencial) dos moradores dos lotes. Nos períodos de 1985-1994 e 1995-2001, os índices para o Brasil foram de 63% e 54%, respectivamente, revelando que pouco mais da metade dos fatores ligados ao índice estão plenamente satisfeitos. O índice para a região Norte apontou para 49% e 42%, tendo Roraima 34% e 42%, respectivamente.

No que diz respeito ao índice de articulação de organização social que avalia a forma com que o projeto de assentamento está organizado (parcerias, associações, cooperativas, agroindústrias e produção coletiva) para equacionar problemas de acesso a serviços e benefícios sociais e resolver problemas de comercialização. Assim o Brasil apresenta índice de 42% de eficiência para o período de 1985-1994, e de 40% no período de 1995-2001. Já a região Norte apresentou índices de 41% e 38%, respectivamente, com Roraima sinalizando para 34% e 39% de eficiência para os mesmos períodos, portanto valores inferiores à média nacional.

Para o índice de ação operacional que mede com que eficiência os compromissos que o governo assume na implantação dos projetos de assentamentos até sua consolidação final foram cumpridos. Os conjuntos de itens observados contemplam a infra-estrutura (construção de casas, acesso a água de boa qualidade e eletricidade e estradas internas), liberação de créditos (instalação, habitação e produção) e titulação e consolidação dos projetos. O índice apresentou para o Brasil o valor de 64% de eficiência para o período de 1985-1994, e de 46% para o período de 1995-2001. A região Norte registrou 42% e 32% para os mesmos períodos,

sendo que Roraima apresentou 10% e 25% de eficiência nos mesmos períodos, portanto valores muito aquém daqueles registrados em nível nacional, e mesmo em nível regional.

Para o índice de qualidade do meio ambiente, que verifica o estado de conservação das Áreas de Preservação Permanentes (APP) e Reserva Legal (RL), além da existência de atividades ilegais, degradação ambiental e ações de melhoria ambiental, nesses aspectos, o Brasil apresentou 64% de eficiência no período de 1985-1994, e 66% de eficiência para o período de 1995-2001. A região Norte apresentou valores de 61% e 63%, respectivamente para os períodos, revelando eficiência aproximada das médias nacionais. Roraima se destaca nesses aspectos, com 90% de eficiência para o primeiro período e de 87% para o segundo período.

Quanto aos aspectos voltados para a renda dos assentados, dado que se trata de componente individual de difícil mensuração, os dados indicam que os valores de renda registrados nos assentamentos foram comparáveis àqueles obtidos com trabalho assalariado na região, e superiores àqueles advindos dos trabalhos como diarista. Se considerarmos os valores dos salários mínimos de 1995 (R\$ 100,00) e 2001 (R\$ 180,00), os valores percebidos em média por família são superiores, quando se registrou o recebimento de R\$ 198,00 para o período conjunto. Ressalte-se que, para o ano de 2001, considerando um conjunto familiar de três pessoas, o rendimento médio por pessoa seria sensivelmente mais baixo que a renda conjunta do lote.

Lopes (2009) descreve a agricultura de Roraima como predominantemente rudimentar, com baixo padrão tecnológico e pequeno emprego de capital, estando concentrada na zona florestal e em especial ao longo das BRs 174 e 201, situação que não é diferente nos assentamentos.

Os 52 projetos de assentamento em Roraima, segundo Lopes (2009), estão localizados em 12 dos 15 municípios do estado, contemplando 16.239 famílias beneficiárias do programa, à exceção apenas de Nomandia, Uiramutã e Pacaraima, dado que nestes municípios as terras são áreas indígenas.

Informações do INCRA, no entanto, apresentam dados que divergem das informações anteriores. Segundo o relatório, o Estado de Roraima tem 66 projetos, totalizando 1.752.953,04 hectares, contemplando 22.831 famílias. Rorainópolis é o município que lidera no estado o número de assentamentos (20), beneficiando 7.348 famílias.

O município de Iracema, localidade onde se insere o objeto de nosso estudo, tem quatro Projetos de Assentamento (PA), a saber: PA Japão, PA Massaranduba, PA Ajarani e PA Maranhão. Dados do INCRA (2009) informam que no PA Japão existe 282 famílias,

numa área de 21.344 hectares. Novamente os dados do INCRA não são confirmados; na pesquisa de campo, nos relatos dos agricultores, dos técnicos agrícolas e do presidente da associação, o número não ultrapassa de oitenta a cem agricultores.

A realidade dos assentamentos no estado reflete a ausência de política para o setor, com alta mobilidade e abandono dos lotes pelos colonos, associado a garimpagem sazonal e ao uso indiscriminado do fogo, como consequência de assentamentos mal orientados (LOPES, 2009).

Vamos ao caso.

## 4 METODOLOGIA E RESULTADOS

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia aplicada à dissertação, bem como os resultados da pesquisa de campo. A sua divisão é composta pela localização e descrição da área de estudo, seguida pela descrição do método de análise e os indicadores sociais e econômicos utilizados. Em seguida são apresentados os resultados da pesquisa realizada, demonstrados em forma de tabelas e gráficos, associados à análise estatística de variáveis relacionadas à renda agrícola.

### 4.1 LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Os trabalhos de pesquisa foram realizados no município de Iracema, Estado de Roraima (Figura 1), no Projeto de Assentamento Japão (Figura 2), com aproximadamente 80 a 100 agricultores efetivos e área total de 21.344 ha.

A capacidade total de assentamento do PA Japão, segundo INCRA (2009), são de 283 (duzentos e oitenta e três) famílias, população não evidenciada nos trabalhos de campo, asseveradas pelo presidente da associação de produtores local e corroboradas pelos agricultores entrevistados como número que não ultrapassa 100 agricultores.

O município de Iracema localiza-se ao Centro-oeste do Estado de Roraima, à margem da BR 174, entre as sedes dos municípios de Caracará e Boa Vista, limitando-se ao Norte com os municípios de Mucajaí e Alto Alegre, ao Sul com o município de Caracará, à Leste com o município de Cantá e à Oeste com o Estado do Amazonas. Distante da capital em 93 quilômetros, com área territorial de 14.403,9 Km<sup>2</sup>, correspondendo a 6,39% da área do Estado, Iracema tem população de 5.211 habitantes.

O Clima de Iracema é quente (AW<sup>12</sup> e AM<sup>13</sup>), com média de temperatura de 27°C e precipitações de 2.000mm anuais.

A vegetação é composta de floresta ombrófila<sup>14</sup> densa, com estrutura fundiária baseada em minifúndios ocupados por posseiros e arrendatários, de vocação eminentemente agrícola baseada em cultivos regionais, além de criações de bovinos, ovinos e avícolas. Cabe ainda destacar a expressiva área indígena no município com 11.973,39 Km<sup>2</sup>, representando 83,12% da área total.



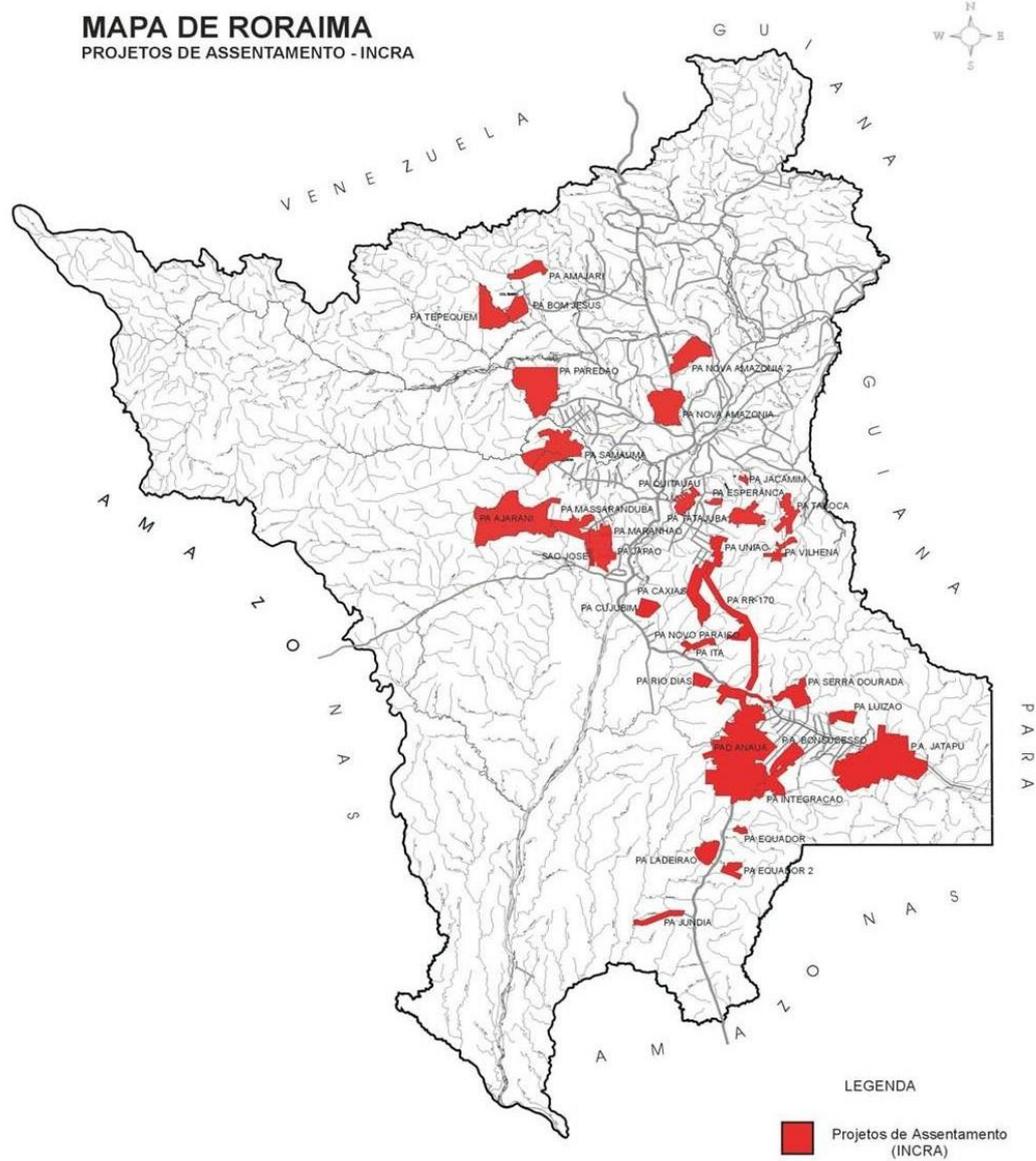
**Figura 1- Mapa Político do Estado de Roraima**

Fonte: Seplan (2003)

<sup>12</sup> Regime pluviométrico anual que define uma estação relativamente seca, de clima tropical chuvoso, no qual as temperaturas médias não atingem valores inferiores a 18°C, e a precipitação do mês menos chuvoso alcança menos de 60 mm, sem variações de estações e com amplitude térmica inferior a 5°C;

<sup>13</sup> Clima tropical monçônico, com precipitação total anual maior que 1500 mm, com alternância entre estação seca e chuvosa, e precipitação do mês menos chuvoso alcança menos de 60 mm;

<sup>14</sup> Ecossistema florestal, cujo termo de origem grega significa chuvas constantes;



**Figura 2 - Projetos de Assentamentos do Estado de Roraima**  
Fonte: Seplan (2003)

#### 4.2 METODOLOGIA

A pesquisa está fundamentada em estudo de caso, que consiste no estudo detalhado de um objeto ou fenômeno. Com essa prerrogativa, se admite os cuidados nas generalizações a

partir do caso estudado, quando se procurou junto aos dados secundários através de pesquisas já divulgadas, amparo para as análises mais conclusivas.

Gil (2002) define propósitos aplicáveis aos estudos de casos, entre elas a exploração de situações de vida real, bem como a explicação de variáveis causais de determinado fenômeno em situações complexas, ambas apropriadas para o estudo de um assentamento rural com as características do projeto escolhido.

O método *ex-post* foi definido como modelo uma vez que o estudo foi realizado após a ocorrência de seus fatos geradores, nas condições em que o pesquisador não dispõe de controle sobre as variáveis. O objetivo da pesquisa consiste essencialmente na verificação de existência de correlação entre variáveis, como as determinantes da renda, das condições de vida, entre outras, mas sem nenhum controle sobre as variáveis independentes.

A pesquisa foi realizada através de análise descritiva, sistematizadas por planilha do Microsoft Excel, para cálculo dos indicadores e médias. Para a correlação de variáveis foi utilizado o pacote estatístico EVIEWS5, especialmente para estabelecer as relações causais determinantes da renda agrícola.

Uma vez que o projeto de assentamento abriga cerca de até 100 famílias, devidamente assentadas, se retirou uma amostra de 43 agricultores, correspondendo a uma faixa entre 40 e 50% da população total.

Os questionários aplicados (Apêndice A) continham perguntas abertas e fechadas, realizadas durante o período de julho/agosto de 2010, referentes aos dados do ano de 2009, tanto para as informações relativas à produção e a propriedade, quanto aquelas de cunho social familiar.

#### 4.3 INDICADORES SOCIAIS E AMBIENTAIS

As características socioambientais dos agricultores do projeto de assentamento foram descritas através das seguintes informações:

- a) dados sociodemográficos dos agricultores familiares;
- b) dados de preservação ambiental, sobretudo aqueles de preservação permanente, área desflorestada para análise da reserva legal e uso do fogo como atividade de limpeza de área.

#### 4.4 INDICADORES ECONÔMICOS

Para os dados econômicos, informações dos sistemas de produção e da propriedade, marcadamente aquelas relacionadas com despesas com insumos, mão-de-obra e receitas das atividades;

Dos sistemas de produção foram coletadas as receitas de autoconsumo e de comercialização, bem como os custos variáveis e fixos. As rendas totais foram obtidas mediante o somatório das receitas das atividades com outras de diversas fontes, inclusive de políticas sociais federais e estaduais. O cálculo das receitas atendeu a seguinte fórmula:

$$RT = (QP * PV) + RNA,$$

RT – receita total;

QP – quantidade produzida;

PV – preço do produto;

RNA – renda não agrícola.

As receitas de autoconsumo, também consideradas nas rendas totais, foram calculadas mediante as quantidades produzidas e não vendidas, com base nos preços médios locais, informados pelos próprios agricultores.

As receitas agrícolas foram obtidas mediante o somatório das rendas provenientes da produção exclusivamente.

$$RA = (QP * PV),$$

RA – receita agrícola;

QP – quantidade produzida;

PV – preço do produto;

As Receitas Não Agrícolas (RNA) foram obtidas mediante as informações dos agricultores em valores mensurados anualmente, de acordo com a seguinte composição:

- a) trabalho assalariado (TA);
- b) trabalho fora da propriedade (TF);

- c) serviços profissionais (SP);
- d) comércio (C);
- e) aposentadoria (A);
- f) remessa de parente (RP);
- g) política social (PS);
- h) aluguel de pasto (AP);

$$\text{RNA} = \text{TA} + \text{TF} + \text{SP} + \text{C} + \text{A} + \text{RP} + \text{PS} + \text{AP}$$

### CUSTO TOTAL DE PRODUÇÃO (CTP)

O custo total de produção refere-se aos valores dos custos fixos na forma dos custos de oportunidade da mão-de-obra familiar e variável dos insumos e serviços utilizados na execução dos projetos produtivos (reais/propriedade/ano).

O Custo da Mão-de-obra Familiar (CMOF) foi correspondente ao valor do número de dias homem/família efetivamente empregada na produção e manutenção da propriedade, multiplicando pelo preço médio da diária, no caso foi de \$20,00. Esse custo foi chamado de custo de oportunidade.

O Custo de Mão-de-obra Contratada (CMOC) constitui o valor da mão-de-obra de terceiros, empregada durante algumas fases de implantação, manutenção e acompanhamento dos sistemas de produção. Geralmente, foram utilizados somente nas fases de preparo das áreas, tratos culturais e, eventualmente, nas colheitas. Os agricultores contrataram a mão-de-obra, às vezes, por diária ou empreita, sendo colocado o total por cada serviço realizado.

Os Custos Efetuados com Insumos agropecuários (CINS) foram computados para o gasto total (reais/propriedade/ano) em cada sistema de produção.

$$\text{CTP} = \text{CMOF} + \text{CMOC} + \text{CINS}$$

Onde,

CTP = custo total de produção (reais/propriedade/ano);

CMOF (custo de mão-de-obra familiar ou custo de oportunidade) = valor diária (R\$ 20,00) \* número de dias/homem/família trabalhado na produção e manutenção da propriedade (reais/propriedade/ano);

CMOC (custo da mão-de-obra contratada) = valores (reais/propriedade/ano) pago pelo serviço a terceiros, com valores oferecidos pelos agricultores;

CINS (custo dos insumos agropecuários) = valores (reais/propriedade/ano) pago pela aquisição dos insumos nos sistemas de produção, com valores fornecidos pelos agricultores, tanto das quantidades dos insumos quanto o preços pago pelos mesmos;

### LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido da família (LL) foi obtido pela diferença entre receitas e custos totais da propriedade e da família. O Lucro Operacional Agrícola (LOA) foi concebido a partir da diferença entre Renda Agrícola (RA) e o Custo Total Agrícola (CTA), este obtido através do somatório do custo da mão-de-obra contratada e dos gastos com insumos. O Lucro Líquido Agrícola (LLA) foi calculado considerando todos os custos, ou seja, incluindo o custo de oportunidade da força de trabalho da família.

$$LL = RT - CTP;$$

$$LOA = RA - CTA;$$

$$LLA = RA - CTP.$$

Onde,

LL = Lucro Líquido;

LOA = Lucro Operacional Agrícola;

LLA = Lucro Líquido Agrícola;

RT = Receita Total;

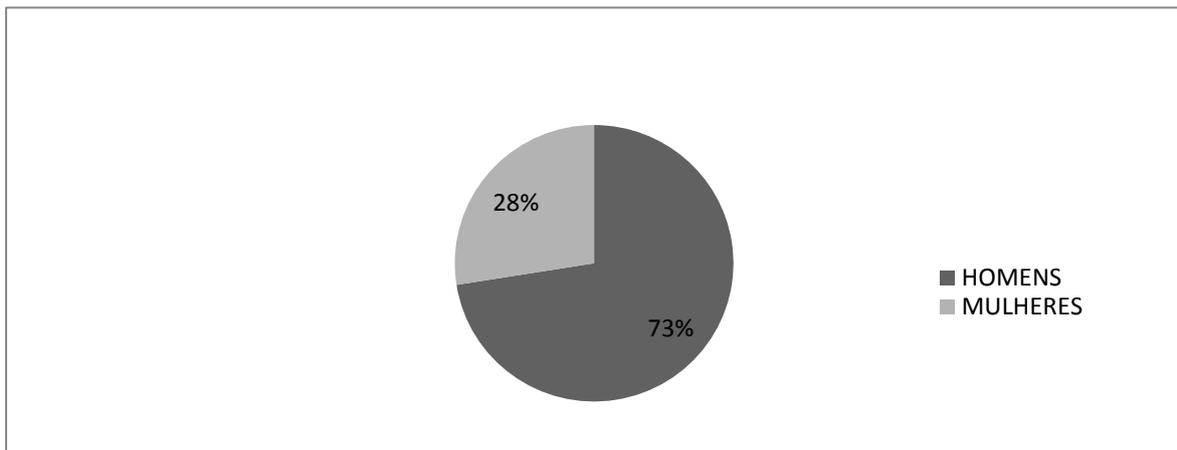
RA = Receita Agrícola;

CTP = Custo Total de Produção;

CTA = Custo Total Agrícola..

#### 4.5 RESULTADOS

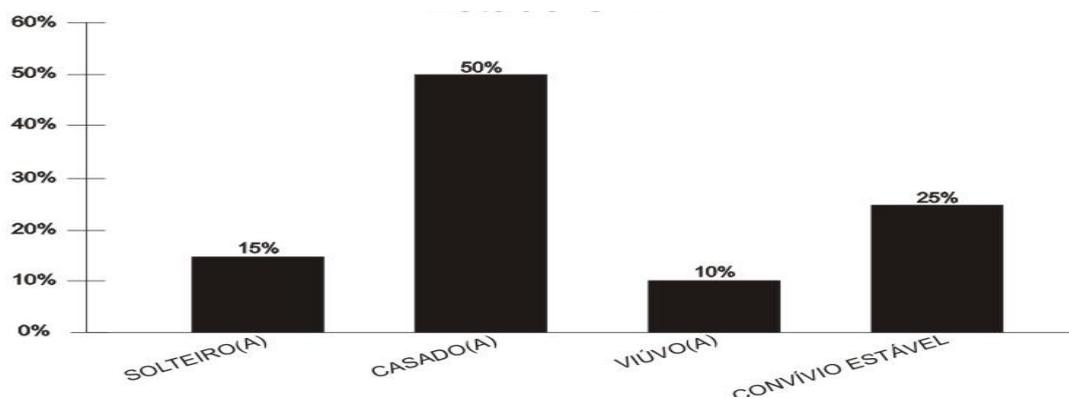
Os resultados da pesquisa identificaram um agricultor predominantemente do sexo masculino (Figura 3), com 72% dos casos estudados, compatível com dados de outros estudos.



**Figura 3 - Distribuição por gênero**

Fonte: Elaboração Própria (2010)

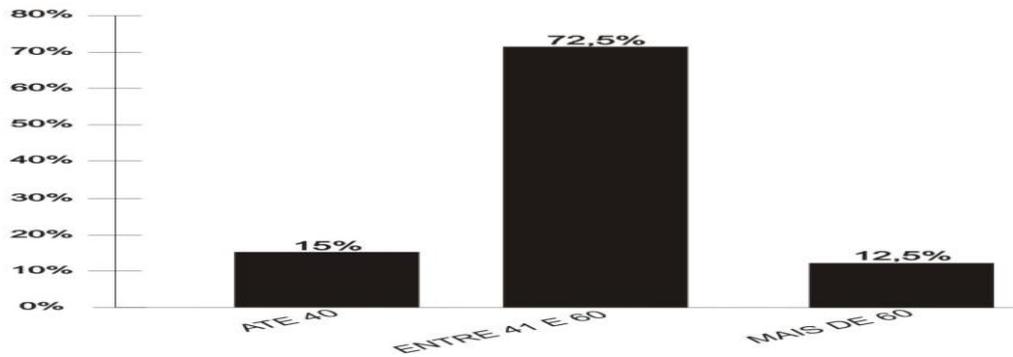
O estado civil do agricultor é predominantemente casado, correspondendo a 50% dos casos, seguido de união estável com 25% dos casos estudados (Figura 4), situação também verificada em outras pesquisas.



**Figura 4 - Estado Civil**

Fonte: Elaboração própria (2010)

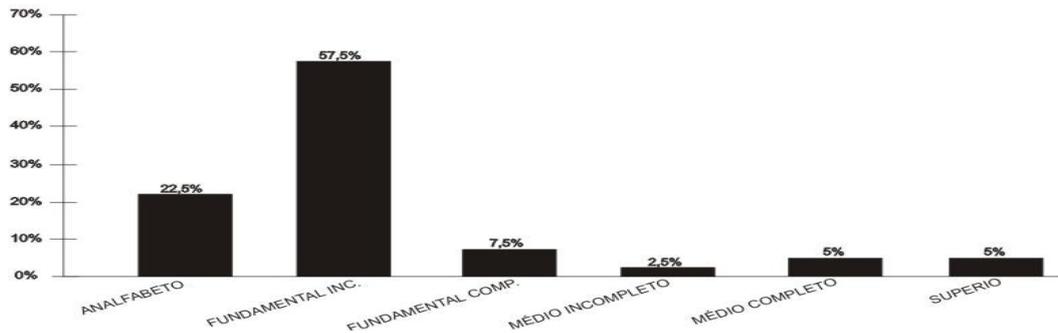
Quanto à idade do proprietário, 72,5% dos agricultores se encontram na faixa etária entre 41 e 60 anos, seguidos pela faixa que se estende até os 40 anos (Figura 5).



**Figura 5 - Faixa Etária do Proprietário (em anos)**

Fonte: Elaboração própria (2010)

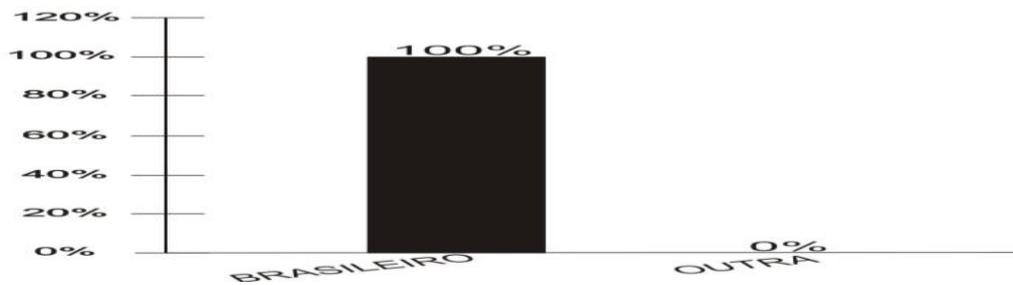
Em relação ao grau de escolaridade 57,5% dos agricultores possuem ensino fundamental incompleto, seguido pela condição de analfabeto em 22,5% (Figura 6).



**Figura 6 - Grau de Escolaridade**

Fonte: Elaboração própria (2010)

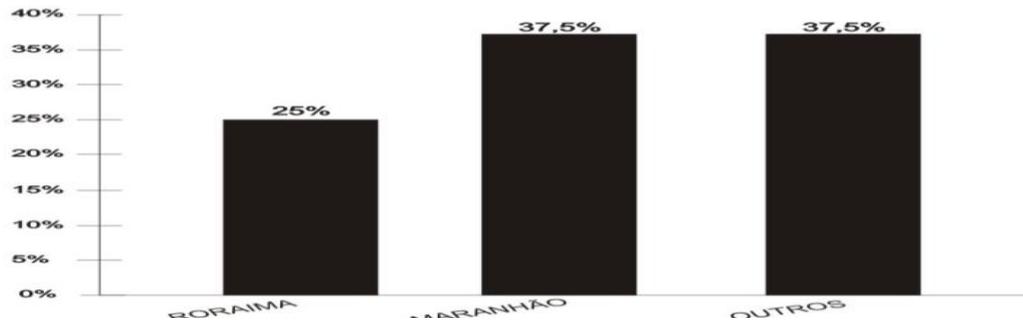
Em se tratando da nacionalidade dos agricultores, os mesmos são brasileiros em 100% dos casos (Figura 7).



**Figura 7 - Nacionalidade**

Fonte: Elaboração própria (2010)

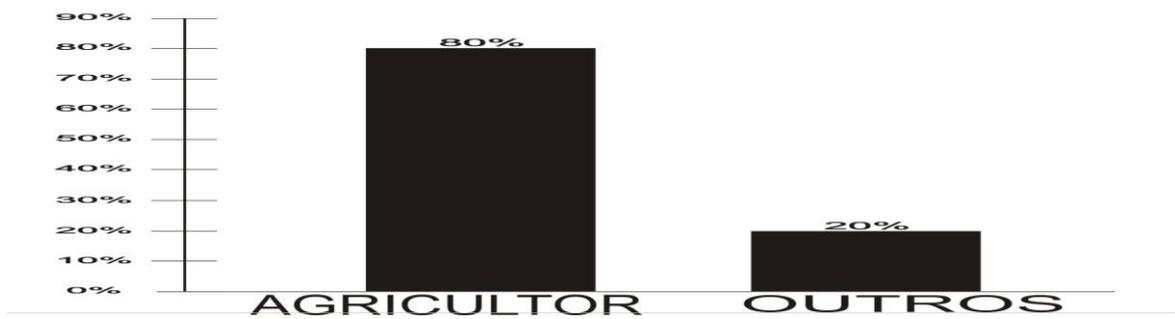
A naturalidade dos agricultores tem predominância de origem no estado do Maranhão em 37,5% dos casos, sendo seguida pelos nascimentos em Roraima em 25% dos casos (Figura 8).



**Figura 8 - Naturalidade**

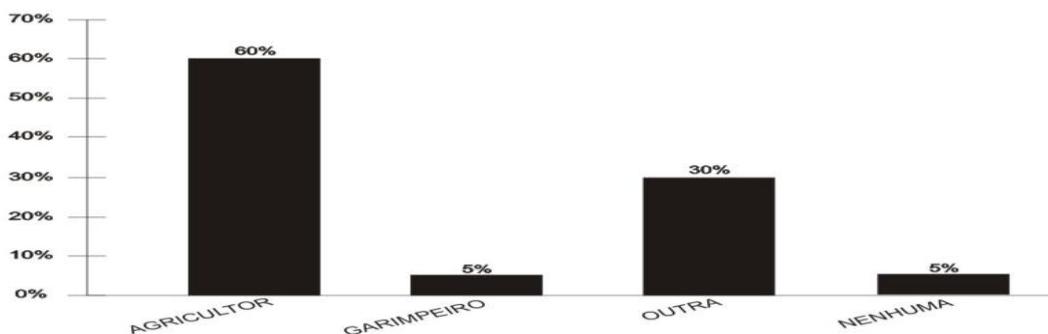
Fonte: Elaboração própria (2010)

A profissão exercida atualmente pelos agricultores é essencialmente a de agricultor em 80% dos casos (Figura 9), cujo percentual se apresenta mais elevado vis-à-vis suas situações anteriores, quando a mesma ocupação representava 60% dos casos (Figura 10).



**Figura 9 - Profissão Atual**

Fonte: Elaboração própria (2010)



**Figura 10 - Profissão Exercida Antes do Lote**

Fonte: Elaboração própria (2010)

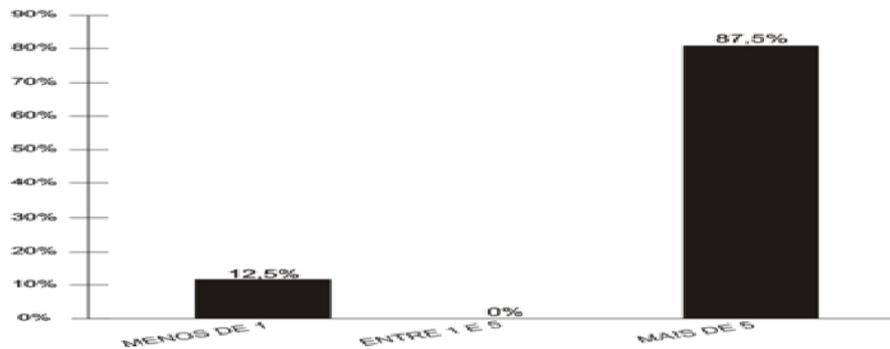
Para o exercício da leitura e da escrita mínima, 77,5% dos agricultores se manifestaram afirmativamente, muito embora, como vimos, a maioria tenha ensino fundamental incompleto (Figura 11).



**Figura 11 - Sabe Ler/Escrever**

Fonte: Elaboração própria (2010)

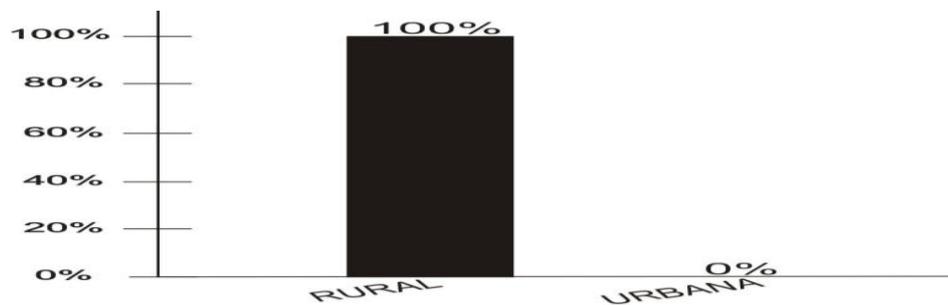
Em se tratando dos anos de trabalho à frente dos lotes, 87,5% dos agricultores têm mais de cinco anos, com 12,5% dos casos de agricultores que têm menos de um ano de atividade (Figura 12).



**Figura 12 – Tempo em Atividade no Lote (Anos)**

Fonte: Elaboração própria (2010)

A origem dos agricultores é absolutamente rural em 100% dos casos (Figura 13).



**Figura 13 – Local de Origem**

Fonte: Elaboração própria (2010)

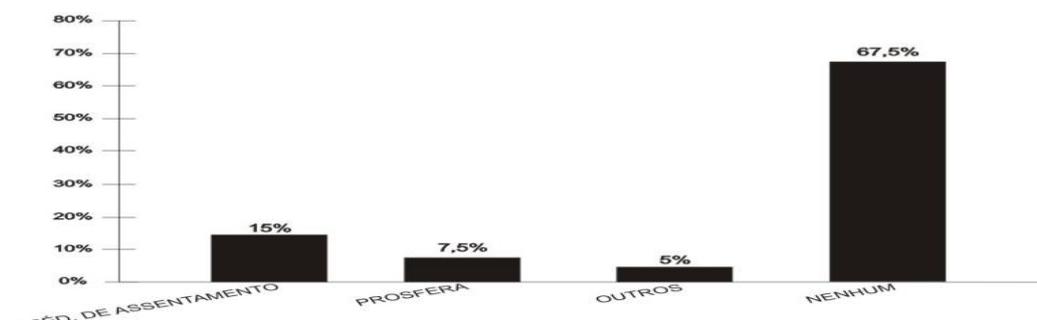
Quanto às formas de obtenção de informações, o rádio representa o maior veículo com 52,5%, seguido pela vizinhança em 47,5%, e ainda de forma representativa a televisão, com 42,5% dos instrumentos informados (Tabela 6).

**Tabela 6 - Formas para obter informações**

<b>Discriminação</b>	<b>Frequencia</b>	<b>%</b>
Reuniões/Capacitações	6	15
Visitas técnicas	6	15
Jornal	12	30
Visitas a instituições	4	10
Eventos	5	12,5
TV	17	42,5
Cartazes	2	5
Rádio	21	52,5
Internet	1	2,5
Visita de vizinhos	19	47,5

Fonte: Elaboração própria (2010)

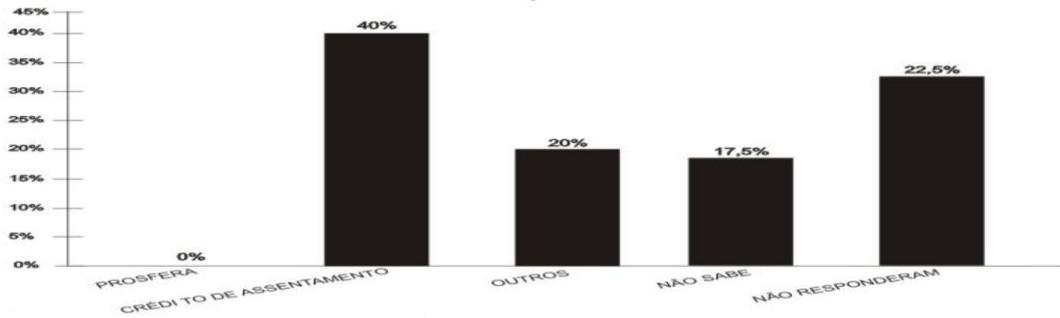
Com relação ao INCRA, os agricultores revelaram não ter recebido nenhum benefício em 67,5% dos casos, crédito inicial de assentamento em 15% das famílias entrevistadas, e apenas 7,5% para os créditos relativos ao PROCERA (Figura 14).



**Figura 14 – Benefícios Recebidos**

Fonte: Elaboração própria (2010)

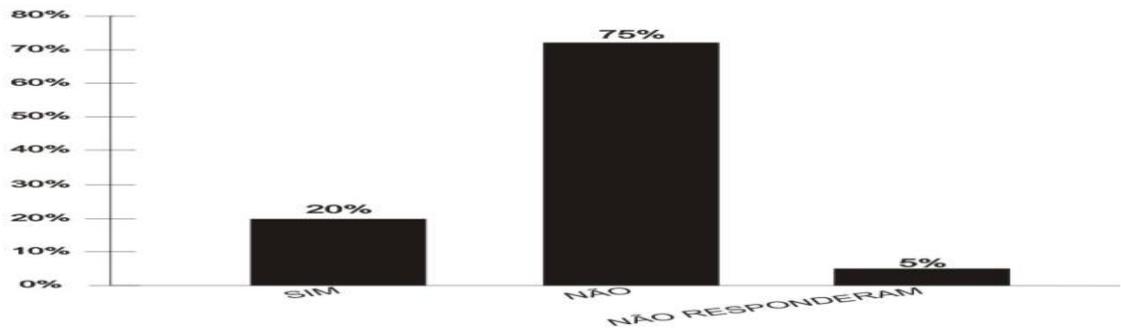
Ainda sobre os créditos para os assentados de reforma agrária, a maioria registrou a necessidade do crédito inicial de assentamento com 40% dos casos, revelando ainda grande desinformação quanto aos seus direitos, dado que cerca de 40% não responderam ou não sabem responder (Figura 15).



**Figura 15 – Crédito que Deveria Receber**

Fonte: Elaboração própria (2010)

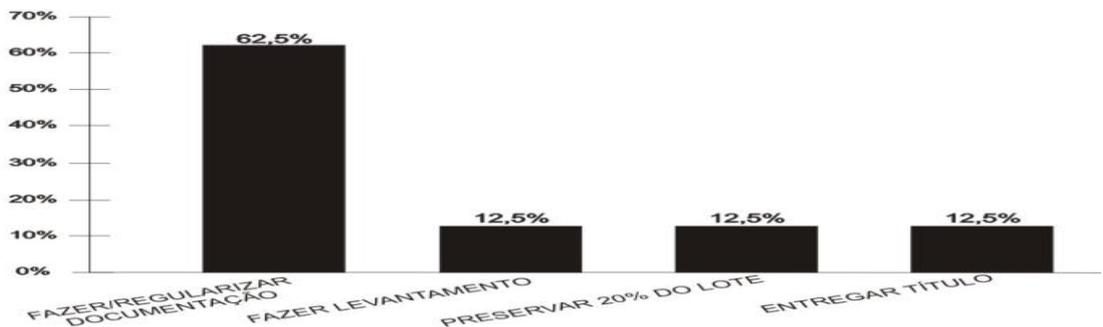
As orientações e assistência aos produtores não aconteceram em 75% dos casos, sendo confirmada em 20% dos agricultores (Figura 16).



**Figura 16 - Recebeu Orientações**

Fonte: Elaboração própria (2010)

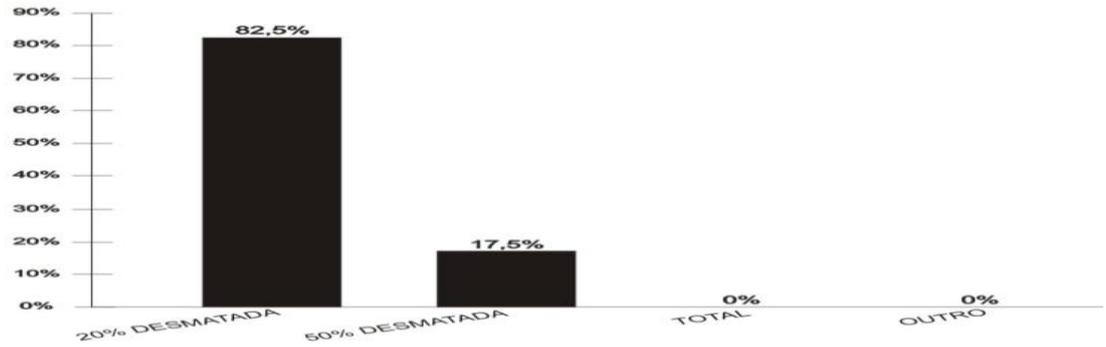
Dos 20% dos agricultores que receberam orientações, 62,5% relatou que se tratava de aspectos relacionados à documentação do lote, e em menor proporção informações sobre os aspectos preservacionistas, entrega de títulos e levantamento cadastral do INCRA (Figura 17).



**Figura 17 - Quais Orientações**

Fonte: Elaboração própria (2010)

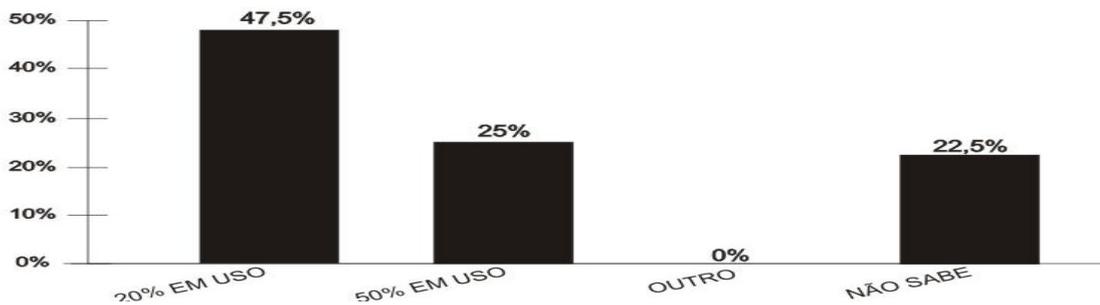
Os aspectos de preservação ambiental foram observados em 82,5% dos casos, quando a área desmatada não superou os 20% exigidos pela legislação, revelando agricultores conscientes do ponto de vista da reserva legal (Figura 18).



**Figura 18 - Área Desmatada**

Fonte: Elaboração própria (2010)

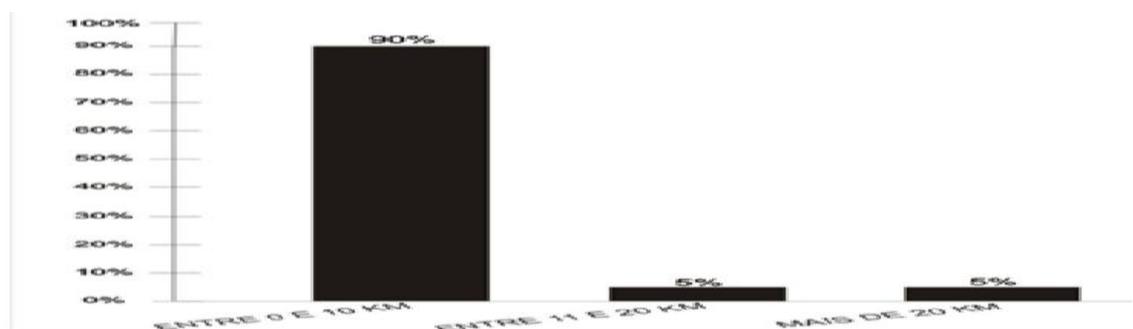
Em relação à área em utilização pelos sistemas produtivos, 47,5% dos agricultores declararam que se utiliza de 20% do total da propriedade. Na medida em que 25% informaram que produzem em 50% da área total, tais declarações implicam em dizer que o percentual desmatado é ligeiramente superior ao declarado, ou ainda que parte da área dos 20% derrubados para cultivos não estão sendo utilizados (Figura 19).



**Figura 19 - Área Utilizada**

Fonte: Elaboração própria (2010)

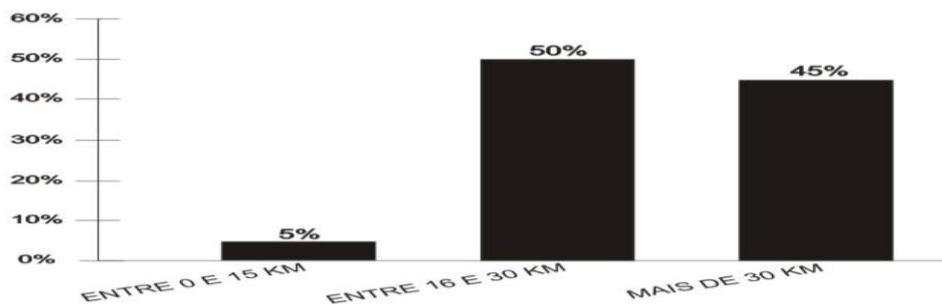
A distância do lote à sede do assentamento ou escola foi informada como até 10 km em 90% dos agricultores (Figura 20).



**Figura 20 - Distância: Lote/Sede do Assentamento/Escola**

Fonte: Elaboração própria (2010)

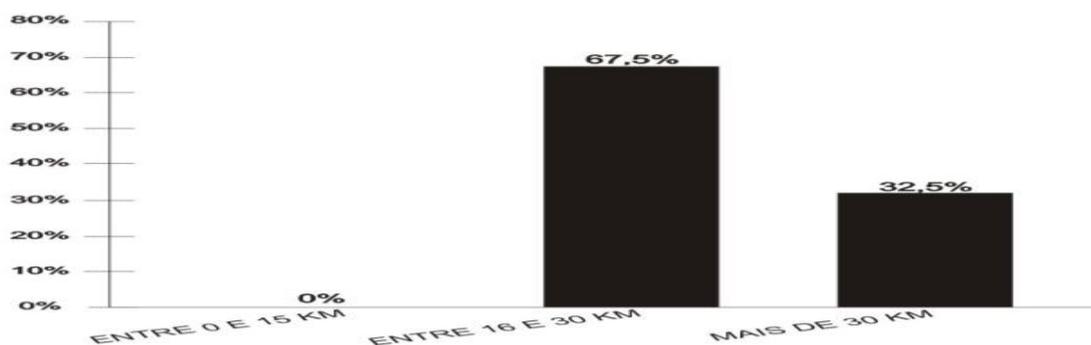
A distância do lote até o posto de saúde é superior a 16 quilômetros em 95% dos casos, e mais de 30 km em 45% dos informantes, revelando grande dificuldade para os tratamentos de saúde da família, conforme (Figura 21).



**Figura 21 - Distância: Lote/Posto de Saúde**

Fonte: Elaboração própria (2010)

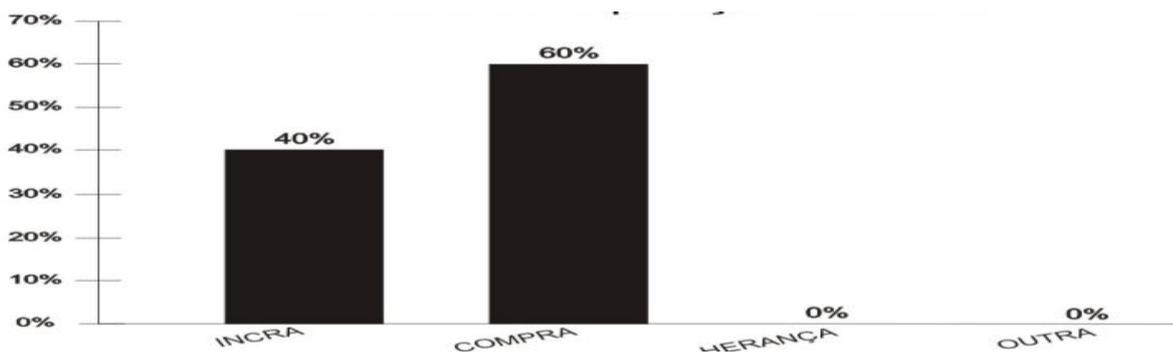
Também a distância do lote para as principais vias de acesso, considerando as rodovias estaduais e/ou federais são de mais de 16 quilômetros em 67,5% dos casos. Com mais de 30 quilômetros, 32,5% dos agricultores se vêem distante das principais rodovias (Figura 22).



**Figura 22 - Distância: Lote/Vias de Acesso**

Fonte: Elaboração própria (2010)

Em relação às formas de aquisição dos lotes, 60% dos agricultores efetuaram a compra dos mesmos, revelando inicialmente grande evasão dos primeiros assentados, a realidade do comércio de lotes, e ainda as dificuldades em conduzi-los (Figura 23).



**Figura 23 -- Formas de Aquisição do Lote**

Fonte: Elaboração própria (2010)

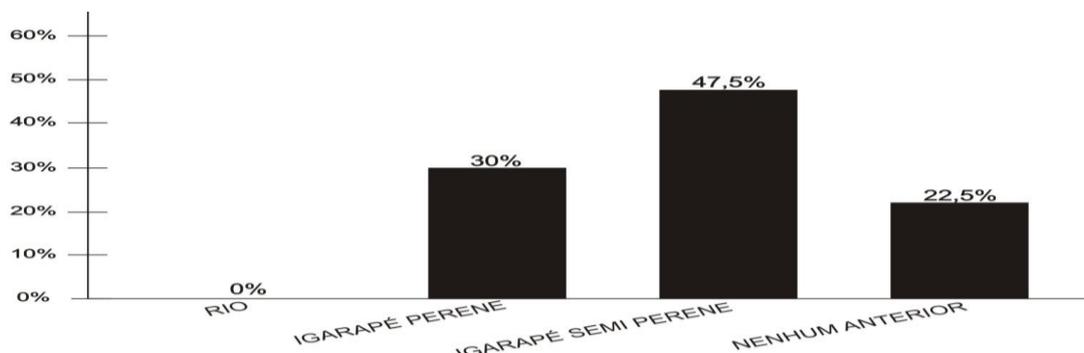
Para os componentes da propriedade que impliquem em condições de vida, apenas em 40% dos casos se registrou o serviço de energia elétrica, somente 22,5% das casas contam com fossa ou banheiro, e mesmo água encanada está presente nas casas em 25% das famílias (Tabela 7).

**Tabela 7 - Itens que Existem na Propriedade**

<b>Discriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Água encanada	10	25
Energia elétrica	16	40
Banheiro/fossa	9	22,5
Geladeira	15	37,5
Motor diesel	5	12,5
Rádio	18	45
Antena parabólica	20	50
Fogão	27	68
Telefone	2	5
Computador	1	2,5

Fonte: Elaboração própria (2010)

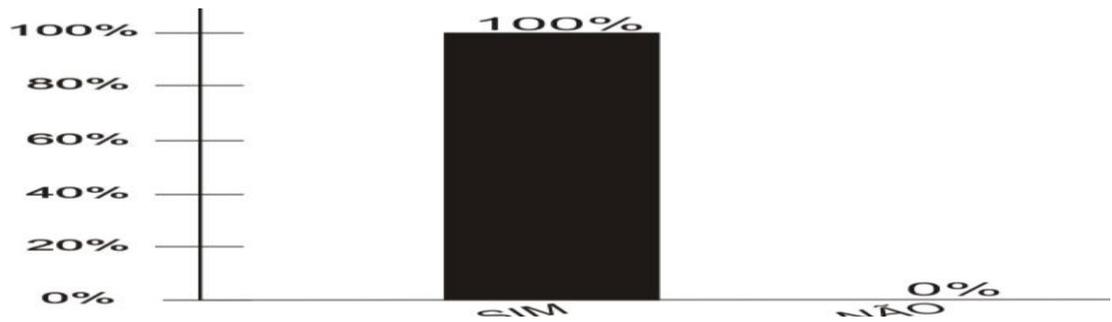
As questões ambientais foram observadas frente ao registro de igarapés perenes ou semi-perenes nas propriedades, informados por 77,5% dos agricultores (Figura 24).



**Figura 24 - Recursos Hídricos**

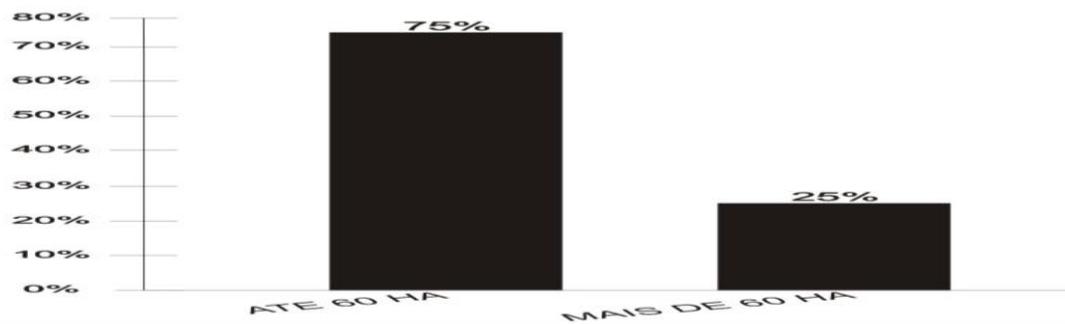
Fonte: Elaboração própria (2010)

Dado que a maioria dos agricultores possui recursos hídricos na propriedade, em 100% dos casos se revelou os cuidados na preservação de suas margens (Figura 25).



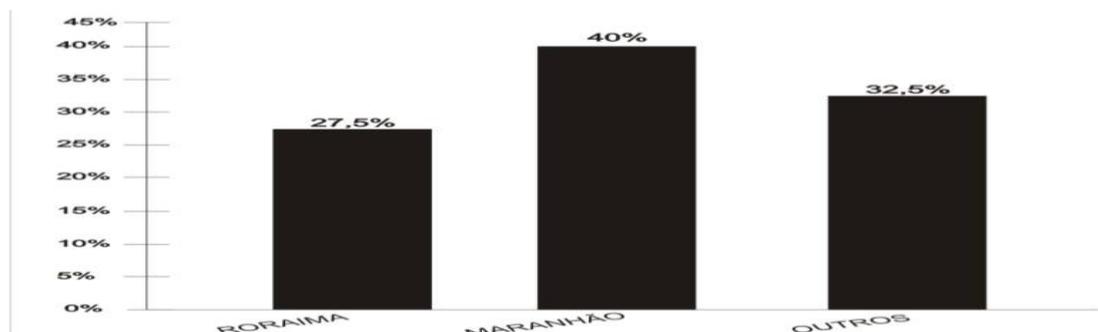
**Figura 25 - Preservação Permanente**  
 Fonte: Elaboração própria (2010)

O tamanho dos lotes foi revelado pelos agricultores como até 60 ha em 75% dos casos (Figura 26).



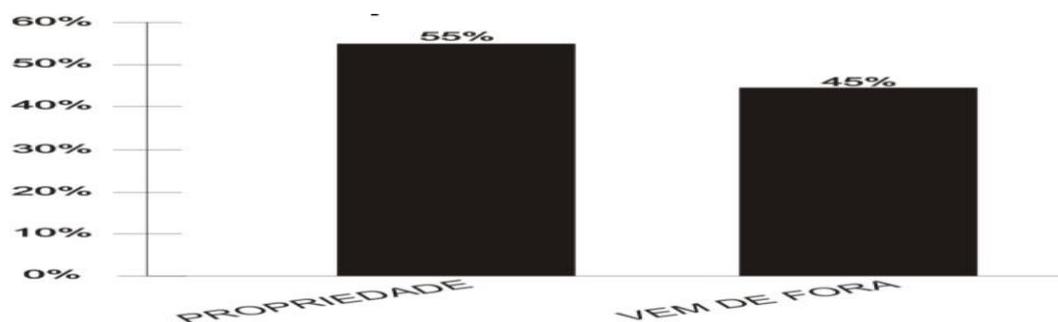
**Figura 26 - Tamanho do Lote**  
 Fonte: Elaboração própria (2010)

A origem da família é predominantemente do Estado do Maranhão em 40% dos casos, que corrobora com as informações da naturalidade dos agricultores (Figura 27).



**Figura 27 - Origem da Família**  
 Fonte: Elaboração própria (2010)

A principal fonte de renda da família vem da propriedade em 55% dos casos, revelando um alto percentual de agricultores (45%) que precisam se ocupar em outras atividades distintas dos afazeres em suas lavouras e criações (Figura 28).



**Figura 28 - Principal Fonte de Renda**

Fonte: Elaboração própria (2010)

Dados relativos à produção revelam estrutura produtiva de pouco aparato instrumental, com 75% dos agricultores possuidores de plantadeira manual, 62,5% de pulverizador costal manual, entre os equipamentos de maior frequência (Tabela 8).

**Tabela 8 - Equipamentos da Propriedade**

Discriminação	Frequência	%
Adubadeira	0	0
Carroça	3	7,5
Equipamentos de irrigação	0	0
Arado	0	0
Pulverizador costal	25	62,5
Casa de farinha	7	17,5
Calcariadora	0	0
Roçadeira	4	10
Plantadeira	30	75
Outros	1	2,5

Fonte: Elaboração própria (2010)

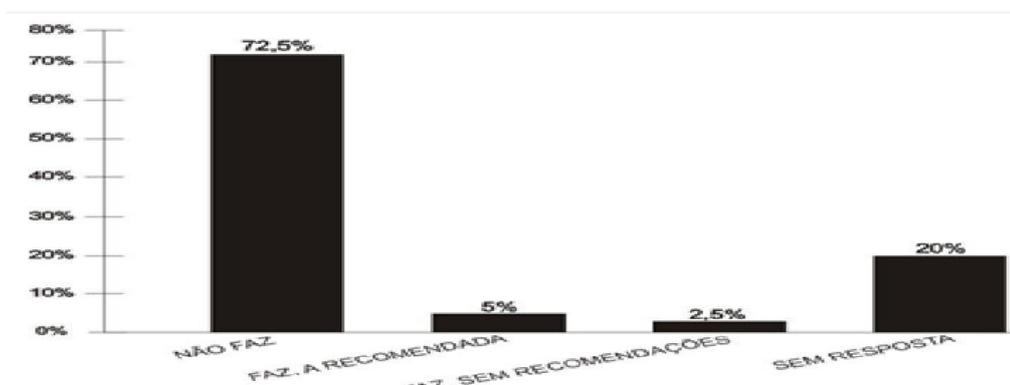
Com relação ao preparo do solo, 72,5% dos agricultores se utilizam das técnicas de derruba e queima do material, importando em baixo uso de técnicas menos impactantes como o plantio direto. O uso da mecanização também aparece com baixa frequência, corroborando com o perfil da pequena produção do Norte do país (Tabela 9).

**Tabela 9 - Preparo do Solo**

Discriminação	Frequência	%
Derruba e queima	29	72,5
Mecanização	3	7,5
Plantio direto	12	30
Outros	0	0

Fonte: Elaboração própria (2010)

Para as recomendações de adubação, 72,5% dos agricultores não as utilizam, com apenas 5% fazendo uso de tal recomendação (Figura 29).



**Figura 29 - Análise de Solo/Foliar**  
Fonte: Elaboração própria (2010)

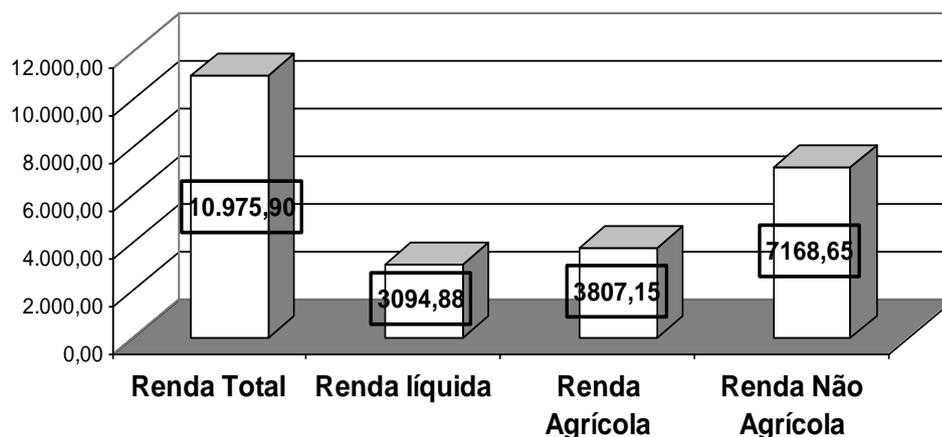
O uso de sementes selecionadas foi informado por 70% dos agricultores, muito embora 47,5% as utilizem de fonte própria, o que se traduz na aquisição das primeiras e no reuso da segunda, de acordo com a cultura instalada (Tabela 10).

**Tabela 10 - Sementes**

Discriminação	Frequência	%
Sementes próprias	19	47,5
Sementes selecionadas	28	70
Mudas próprias	3	7,5
Mudas selecionadas	3	5

Fonte: Elaboração própria (2010)

Os aspectos microeconômicos foram avaliados mediante a composição e análise das receitas médias e dos custos médios (Figuras 30 e 31). O cálculo da renda média total foi de R\$ 10.975,80 (dez mil novecentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos), obtido através da média aritmética da composição total das rendas das famílias, com o somatório das rendas agrícolas – R\$ 3.807,15 (três mil oitocentos e sete reais e quinze centavos) e das rendas não agrícolas – R\$ 7.168,65 – (sete mil cento e sessenta oito reais e sessenta cinco centavos). A renda líquida compreendida como lucro líquido, foi obtida pela diferença entre as receitas totais e os custos totais de produção, sendo positiva em 72,5% dos agricultores e igual a R\$ 3.094,88 (trem mil noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos).



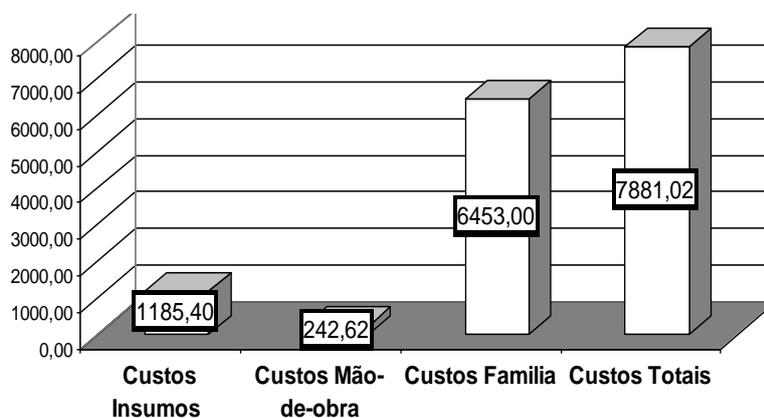
**Figura 30 - Renda Média das Propriedades (reais/ano)**

Fonte: Elaboração própria (2010)

Os custos totais médios de produção (Gráfico 29) foram de R\$ 7.881,02 (sete mil oitocentos e oitenta e um reais e dois centavos), obtidos através dos somatórios dos custos médios com os insumos – R\$ 1.185,40 (um mil cento e oitenta e cinco reais e quarenta centavos), os custos com a mão-de-obra contratada – R\$ 242,62 (duzentos e quarenta e dois reais e sessenta e dois centavos) e os custos de oportunidade da família de R\$ 6.453,00 (seis mil quatrocentos e quarenta e três reais).

O lucro operacional agrícola (LOA) foi de R\$ 2.379,13 (dois mil trezentos e setenta e nove reais com treze centavos), obtido pela diferença entre a renda agrícola e os custos com insumos e mão-de-obra contratada, mostrando viabilidade dos negócios em termos de custos variáveis para 77,5% dos agricultores.

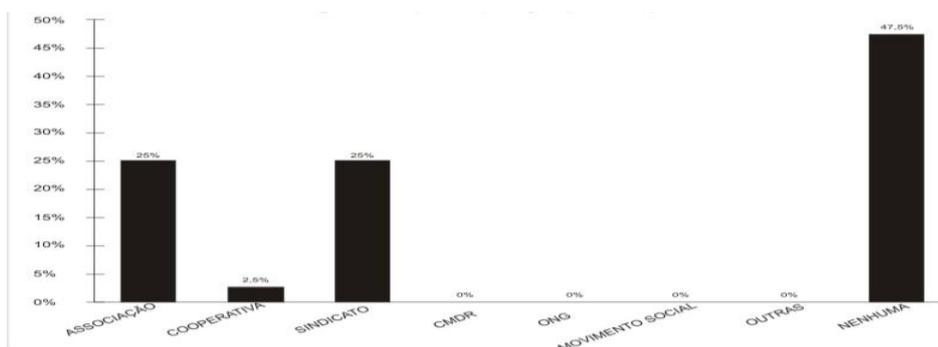
O lucro líquido agrícola (LLA) foi de R\$ 4.073,87 (quatro mil e setenta e três reais e oitenta e sete centavos negativos), obtido pela diferença entre a renda agrícola e os custos totais, implicando na inviabilidade dos sistemas de produção, se são considerados os custos de oportunidade da força de trabalho da família.



**Figura 31 - Custos Médios**

Fonte: Elaboração própria (2010)

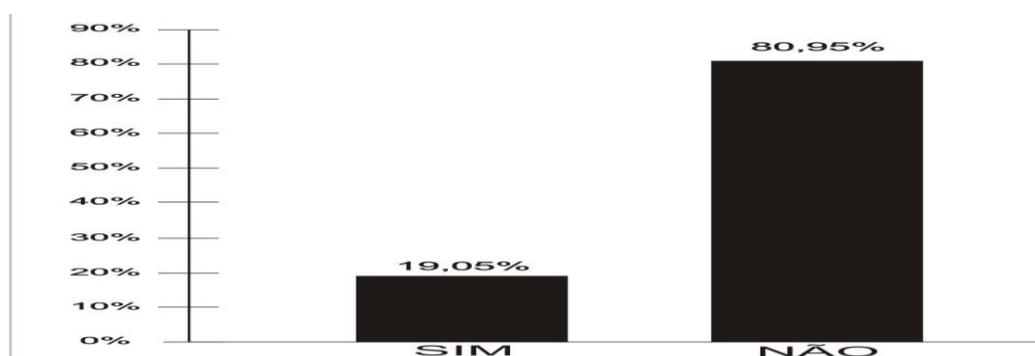
Para os dados de organização política, 47,5% dos casos não participam de nenhuma organização sociopolítica, muito embora em 25% dos agricultores tenham revelado a condição de associados e ou sindicalizados (Figura 32).



**Figura 32 - Organização Que Já Participou**

Fonte: Elaboração própria (2010)

Quando abordados sobre a influência política em seus respectivos órgãos de filiação, os agricultores informaram não haver influência em 80,95% dos casos, o que implica em relativa autonomia institucional (Figura 33).



**Figura 33 - Influência Política**

Fonte: Elaboração própria (2010)

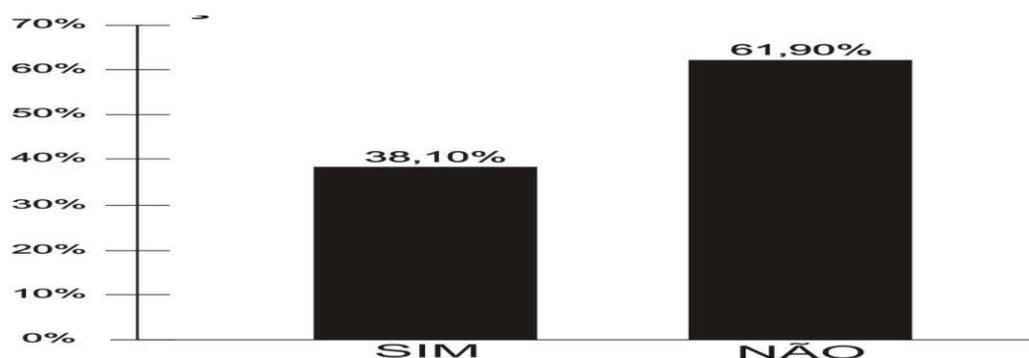
Em relação às dificuldades apontadas pelos agricultores na condução de seus respectivos lotes e na qualidade de assentados da reforma agrária, 50% revelaram dificuldades com relação à infra-estrutura, seguida pela falta de assistência técnica em 30% dos casos. De forma surpreendente, não houve grande descontentamento com relação à falta de crédito, o que nos leva a acreditar que tal manifestação foi percebida no item apoio do INCRA, que em conjunto com o item anterior representa 25% das famílias entrevistadas (Tabela 9).

**Tabela 11- Principais Dificuldades Encontradas**

<b>Discriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Falta de assistência técnica	12	30
Recebimento de crédito	3	7,5
Falta de apoio do INCRA	7	18
Infraestrutura (água, energia e transportes)	20	50
Posto de saúde mais próximo	10	25
Outros	6	15
Sem dificuldades	5	12,5

Fonte: Elaboração própria (2010)

Ao final, quando abordados se estão satisfeitos com sua condição geral de beneficiário do programa de reforma agrária, os agricultores responderam de forma afirmativa em 61,90% dos casos (Figura 34).

**Figura 34 - Situação Geral Como Assentado**

Fonte: Elaboração própria (2010)

#### ANÁLISE DE REGRESSÃO:

Os resultados encontrados nas regressões encontraram significância na variável **ÁREA DESFLORESTADA** (área total desmatada do lote), na variável **SOCIAL** (verbas recebidas de programas sociais de qualquer natureza) e na variável **PRESERVA** (cumprimento da legislação ambiental para preservação permanente).

Do total de famílias entrevistadas, foram retirados três questionários que apresentaram distorções nos dados. Em um deles foi identificado erro na soma da renda agrícola em valores superiores a R\$ 3.000,00 (três mil reais), e nos outros dois foram identificados comercialização de mais de trinta bovinos ao ano, o que se torna incompatível com as condições de exploração dos lotes (área e nível técnico) e/ou liquidação do rebanho, ou até

mesmo revelando-se como investimento de outras atividades do agricultor (comerciante).

Estimation Command:

```
=====
LS AGRICOLA C AREADES SOCIAL PRESERVA
```

Estimation Equation:

```
=====
AGRICOLA = C(1) + C(2)*AREADES + C(3)*SOCIAL + C(4)*PRESERVA
```

Substituted Coefficients:

```
=====
AGRICOLA = -3744.105214 + 180.3299993*AREADES + 1.389639665*SOCIAL +
2057.273122*PRESERVA
```

Observações:

Com relação à Renda Agrícola, as variáveis área desflorestada, programas sociais e a preservação ambiental impactam positivamente na renda agrícola:

- a) a cada R\$ 1,00 (hum real) de programas sociais recebidos, o impacto na renda agrícola seria de R\$ 1,38 (hum real e trinta e oito centavos);
- b) o impacto anual seria de R\$ 180,32 (cento e oitenta reais e trinta e dois centavos), recebidos proporcionalmente nas áreas sob desmate;
- c) o fato de o agricultor preservar o meio ambiente resulta em um impacto na renda de R\$ 2057,27 (dois mil e cinqüenta e sete reais e vinte sete centavos) anualmente;

Dependent Variable: AGRICOLA

Method: Least Squares

Date: 11/15/10 Time: 01:28

Sample: 1 40

Included observations: 40

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-3744.105	1432.430	-2.613814	0.0130
AREADES	180.3300	34.69252	5.197950	0.0000
SOCIAL	1.389640	0.354068	3.924785	0.0004
PRESERVA	2057.273	933.1472	2.204661	0.0340
R-squared	0.501490	Mean dependent var		3807.150
Adjusted R-squared	0.459948	S.D. dependent var		3247.223
S.E. of regression	2386.328	Akaike info criterion		18.48754
Sum squared resid	2.05E+08	Schwarz criterion		18.65643
Log likelihood	-365.7508	F-statistic		12.07173
Durbin-Watson stat	1.580689	Prob(F-statistic)		0.000013

# Amostra com 40 agricultores, sendo que o modelo apresenta distribuição normal;  
 # As variáveis Área Desflorestada e Programas Sociais são significativas a 1%;  
 # A variável Preservação foi significativa a 5%;  
 # O R2 ajustado foi de 0,45, implicando em dizer que o conjunto de variáveis explica 45% da renda agrícola das famílias;

### TESTE DE AUTO-CORRELAÇÃO

Breusch-Godfrey Serial Correlation LM Test:

F-statistic	0.927565	Probability	0.405293
Obs*R-squared	2.069585	Probability	0.355300

Test Equation:

Dependent Variable: RESID

Method: Least Squares

Date: 11/24/10 Time: 10:52

Presample missing value lagged residuals set to zero.

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	149.8710	1443.766	0.103806	0.9179
AREADES	3.593386	35.07709	0.102443	0.9190
SOCIAL	-0.098979	0.362689	-0.272903	0.7866
PRESERVA	-194.1929	945.9176	-0.205296	0.8386
RESID(-1)	0.236565	0.179059	1.321156	0.1953
RESID(-2)	-0.108873	0.175176	-0.621509	0.5384
R-squared	0.051740	Mean dependent var		-6.65E-13
Adjusted R-squared	-0.087710	S.D. dependent var		2292.710
S.E. of regression	2391.144	Akaike info criterion		18.53441
Sum squared resid	1.94E+08	Schwarz criterion		18.78774
Log likelihood	-364.6882	F-statistic		0.371026
Durbin-Watson stat	1.971214	Prob(F-statistic)		0.864909

O modelo não apresenta auto-correlação, implicando em dizer que os erros não estão relacionados entre si.

### TESTE DE HETEROCEDASTICIDADE

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	2.029357	Probability	0.111606
Obs*R-squared	7.530531	Probability	0.110371

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 11/24/10 Time: 10:55

Sample: 1 40

Included observations: 40

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	2731209.	4063983.	0.672052	0.5060
AREADES	75925.21	100222.2	0.757569	0.4538
SOCIAL	9210.614	3772.013	2.441830	0.0198
SOCIAL^2	-3.287091	1.318259	-2.493509	0.0175
PRESERVA	-2014902.	2776141.	-0.725793	0.4728
R-squared	0.188263	Mean dependent var		5125104.
Adjusted R-squared	0.095493	S.D. dependent var		7064471.
S.E. of regression	6718704.	Akaike info criterion		34.39516
Sum squared resid	1.58E+15	Schwarz criterion		34.60627
Log likelihood	-682.9031	F-statistic		2.029357
Durbin-Watson stat	2.109530	Prob(F-statistic)		0.111606

O modelo não apresenta heterocedasticidade (Probabilidade 0,11), revelando certa homogeneidade na distribuição dos resíduos;

As correlações para as variáveis estudadas apresentaram as seguintes proporções:

	<b>AGRICOLA</b>
AGRICOLA	1.000000
AREADES	0.494534
PRESERVA	0.092487
SOCIAL	0.337738

A Área Desflorestada apresentou a maior correlação entre as variáveis, com 0,49; em seguida os Programas Sociais apresentaram correlação de 0,33; e a preservação ambiental apresentou a menor correlação entre todas as variáveis significativas, sendo de 0,09.

A interpretação da equação de regressão revela correspondência entre a área desmatada e os níveis de renda agrícola. Tal informação implica na necessidade de supervisão dos órgãos ambientais nas áreas de assentamento; também implica na necessidade de assistência técnica e melhor orientação aos agricultores, que podem elevar a produtividade por área, ao invés da elevação da produção pela maior extensão da quantidade de terra.

Os programas sociais também têm impacto elevado na composição da renda agrícola. Em parte o efeito positivo pode estar significando que os resultados do programa Pró-custeio que visa a compra de insumos para a produção, está atingindo seus objetivos. Também pode estar revelando efeitos positivos nos níveis de saúde da família com reflexos na força de trabalho e na estrutura produtiva.

Os cuidados com a preservação ambiental revelaram-se de baixa correlação, entretanto de efeito bastante significativo na composição da renda agrícola. A relação direta se transforma em variável de grande valor, sujeita a divulgação entre técnicos e agricultores, estes últimos, via de regra, desinformados em relação à biodiversidade, reflexos nos mananciais, controle natural de pragas e outros aspectos ecológicos agrônômicos de grande valor.

## 5 CONCLUSÕES

Em grande medida, a proposta do trabalho foi analisar a questão agrária no Brasil, na perspectiva da discussão em torno da reforma agrária, particularmente, no formato dos assentamentos rurais.

A partir da revisão histórica com recortes do Brasil Colônia, foi possível reconhecer as bases de uma estrutura fundiária que privilegiou e priorizou a grande propriedade, até os momentos mais recentes, que acabaram por provocar as graves consequências socioculturais, econômicas e políticas que afligem a população brasileira mais carente, em especial as comunidades rurais.

Na contramão desse modelo, a agricultura familiar nunca esteve ausente dos sistemas agrários no Brasil. Se sua ocorrência marginalizada lhe foi imposta por modelos excludentes de desenvolvimento, seus compromissos com a produção de alimentos nunca lhe faltou. Nas periferias das grandes propriedades a pequena produção nasceu e sobreviveu produzindo alimentos básicos, inicialmente para o abastecimento das mesmas grandes propriedades que lhes expropriava, posteriormente para o mercado das cidades que oportunamente surgia.

Com a vocação estabelecida, a agricultura familiar foi se desenvolvendo sem políticas públicas que promovessem seu fomento e crescimento sustentado. Em suas várias formas, se integrada à indústria, inserida nos modelos cooperativos, ou mesmo nas expressões mais tradicionais de produção, a retórica governamental permaneceu defendendo a agricultura empresarial, que por muito tempo foi entendida como modelo de sucesso, haja vista sua compreensão adaptada de *agribusiness*.

As consequências dessa lógica produtiva são conhecidas. Do ponto de vista social, as mazelas e as periferias das grandes cidades; do ponto de vista ambiental, o comprometimento de recursos naturais que se convertem em perdas de inestimável valor, em alguns casos sem recuperação, como aquelas voltadas para a biodiversidade; do ponto de vista étnico e cultural, o desarranjo de comunidades complexas, históricas, herdeiras legitimadas do muito que temos e do muito que somos.

Mais recentemente o quadro das questões agrárias vem mudando. A criação dos ministérios do desenvolvimento agrário, do meio ambiente e de outros voltados às classes menos favorecidas no campo e na cidade, evidenciam, ainda que tardiamente, a valorização dos mais vulneráveis.

No campo agrário, em particular, a pequena propriedade foi sendo alvo de numerosos estudos que perceberam as ações e os reflexos positivos que os pequenos agricultores desenvolvem. Se o campo econômico é determinante, se percebeu o melhor custo benefício na geração de empregos *vis-à-vis* o setor industrial. A natureza, agredida de qualquer forma, certamente fará sua opção pelo pequeno produtor, com sua comprovada agricultura de efeitos menos danosos. No campo humanístico e social, a preservação de costumes, cultura e tradições de povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas entre outros, que em conjunto muito representam o Brasil e os brasileiros.

Assim, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, traduzidas por legislação própria e amparadas por inúmeros programas de incentivo e fomento foram conquistando espaços na sociedade como um todo e gerando acaloradas discussões, algumas em sua defesa, outras ressaltando suas fragilidades.

Quando as questões se voltam para as ações de reforma agrária, traduzidas pelo estabelecimento dos assentamentos rurais, a literatura produziu dezenas de bons artigos e até livros. Entre os autores e institutos, a relevância da discussão em torno dos impactos econômicos em nível da propriedade, na economia local, em detrimento de outros de cunho sociocultural ou mesmo ambiental.

Em sendo assim, esse trabalho buscou, nas fontes secundárias, algum vetor comum aos assentamentos rurais, na perspectiva da consecução de um modelo que pudesse avaliar a política do plano nacional da reforma agrária.

Os resultados encontrados foram bastante divergentes quando se pretendeu avaliar a eficiência de assentamentos que trazem como característica mais comum seus aspectos próprios. De fato, ao se analisar assentamentos implantados no agreste nordestino, ao tempo de novas análises nos pampas gaúchos, ou mesmo de assentamentos com anos de atividade, e outros frutos de execuções mais recentes, não poderia ser diferente.

A primeira questão a ser ressaltada tratou-se da necessidade de se avaliar os assentamentos de forma dinâmica. As observações devem considerar variáveis de cunho social, humano, cultural, político e também econômico.

A literatura foi enfática em destacar a relevância social. Não se trata de um agricultor que recebeu um pedaço de terra. Trata-se de famílias desamparadas, desempregadas, historicamente marginalizadas, que ao receberem seus respectivos lotes, receberam também um lar; e conjuntamente, dignidade, cidadania.

Se o aspecto microeconômico parece ser o mais polêmico, mesmo nele foram percebidas viabilidade dos sistemas produtivos na maioria dos casos. Para os impactos nas

economias locais e regionais, percebeu-se a elevação das receitas fiscais, dado o incremento nas vendas do comércio e seus impactos na produção e consumo de bens duráveis e não duráveis.

Do ponto de vista familiar, a doação do lote tem efeitos de amparo social, na medida em que a família cresce com agregados e parentes, agora com um referencial de começo para os jovens e de recomeço para os pais. Não parece sentimentalismo acreditar na máxima: “minha casa, minha vida”.

O caso estudado corroborou com a maioria das conclusões encontradas na literatura.

O agricultor é, predominantemente, do sexo masculino, quase sempre casado e em idade produtiva. De origem rural, se qualifica de agricultor, sendo que a proporção dessa ocupação cresce com a chegada ao lote. Natural do Maranhão, seguidamente de Roraima, esse agricultor tem baixa escolaridade, mesmo em relação a outros assentamentos. Sabe ler, ouve rádio e reside em casas simples, a maioria sem energia elétrica, água e banheiro.

A escola está presente, bem como o posto de saúde. Os que têm vivência rural sabem da qualidade desses serviços, muito embora, possam reconhecer os esforços na tentativa de melhorá-los.

Um dado que se destaca é a compra do lote, já mencionado por muitos autores. Esse processo evidencia dificuldades na seleção dos primeiros assentados pelo poder público e, possivelmente, infraestrutura deficitária na maioria dos assentamentos e no caso estudado em particular.

Nesse aspecto, as críticas ao INCRA, diga-se ao governo, são marcantes. Da falta de crédito, de assistência técnica e infra-estrutura geral. Talvez por isso, a agricultura praticada seja de pequena escala, com técnicas rudimentares e destituída das formas associativas de produção e comercialização.

Mesmo nesse cenário, a maioria sobrevive do próprio lote, com 60% dos agricultores se declarando satisfeitos. Ao que se conclui, que o protagonista e o responsável pelos resultados menos satisfatórios cabem ao governo, com a sociedade precisando analisar as políticas públicas de forma criteriosa, dinâmica, se colocando na condição de avaliadora dos recursos que ela mesma gera. E é ao governo que, oportunamente, se pergunta:

Qual o modelo lógico do Plano Nacional de Reforma Agrária?

## REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, R. O mundo desencantado dos assentamentos, in: MEDEIROS, L. *et al.* (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1994.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: LEITE, S. P. *et al.* (Orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**, Brasília: MDA, 2000.

BARBOSA, C. A. **Manual de administração e escrituração rural**. Viçosa: Agrojuris, 2008.

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são os assentamentos**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORGES, F. C. Origens históricas da propriedade da terra – 1958. In: \_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 – 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: MDA, 2003.

CAVALCANTE, J. L. A lei de terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Histórica**, São Paulo, n. 2, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>>. Acesso em: 4 fev. 2010.

INCRA; CRUB; UNB. I Censo da Reforma Agrária no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 7- 36, set./dez., 1997).

COLLETI, C. **MST, luta pela terra e neoliberalismo**. São Paulo: UNICAMP, [200?]. (Projeto de pesquisa).

FERNANDES, B. M. **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, P. **Comunicação e extensão?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2001.

FILIPPI, E. E. **Reforma agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

GRAZIANO NETO, F. Recolocando a questão agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994. P. 238-254.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; FAO. Food and Agriculture Organization. **Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais**. Brasília, 2001. 40 p.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>>. Acesso em: 8 jun. 2008.

IBGE. **Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6**. Rio de Janeiro: FIBGE (vários anos).

ITESP. **Construindo o futuro:** política de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados. São Paulo: Itesp, 2000. (Caderno Itesp/Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, n.10)

LEITE, S. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997. P. 157-176.

\_\_\_\_\_. Dinâmica econômica, assentamentos rurais e desenvolvimento regional: evidências a partir de seis estados brasileiros. In: **Assentamentos rurais:** impasses e dilemas. São Paulo: INCRA, 2005. Cap.3, p. 117-170.

LEITE, S. *et al* (Org.). **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: UNESP, 2004.

LOPES, C. E. V. **Avaliação socioeconômica dos sistemas de produção em assentamentos rurais no estado de Roraima:** o caso do assentamento rural PAD – ANAUÁ. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009

LUBISCO, N. M. L.; VIEIRA, S. V. **Manual de estilo acadêmico:** monografias, dissertações e teses. Salvador: EDUFBA, 2003.

MARTINS, J. S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso.** São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARTINS, J. S. **Travessias:** a vivência da reforma agrária nos assentamentos. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MAULE, R.F. *et al.* A qualidade dos projetos de assentamento. In: SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira.** São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

MAZZALI, L. **O processo de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização em rede. São Paulo: Unesp, 2000.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de Reforma. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 9, n. 8, p. 151-172, jan./jun. 2006.

MÜLLER, G. São Paulo – o núcleo do padrão agrário moderno. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994. P.221-237.

PASQUIS, R. *et al.* Reforma agrária na Amazônia: balanço e perspectivas. **Cadernos de ciência & tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, jan.-abr. 2005.

RAMALHO, C. B. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema**: região do Pontal do Paranapanema (SP). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

ROCHA, J. H. M. V. Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e educação técnica: uma reflexão. **Caderno de Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional**, Boa Vista, n. 27, 2010.

SANTOS, A. N. **Assentamento rural e agricultura**: os acertos, impasses e perspectivas no PA Corona, Ponta Porã (MS). 2009. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Economia, Universidade Federal dório Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTOS, G. J. ; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHIAVON, C. Pesquisa do INCRA mostra que assentados têm dificuldade de acesso a crédito e serviços de saúde. **Folha de Boa Vista**. Boa vista, [21 dez.w?]. 2010.

SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. L. C. (org.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: UNB, 1998.

SCHNEIDER, R. R. *et al.* **Amazônia sustentável**: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural. Belém: IMAZON, 2000. (Série Parcerias).

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento sustentável microrregional**: métodos para planejamento local. Costa Rica: IICA, 2005.

SILVA, J. A.; MOURA, M. G. C. **Manual de metodologia do trabalho científico**. Salvador: P&A, 2006.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, J. G. **Evolução da agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1998.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

SORJ, B. **Estado e classes na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SORJ, B. **Reforma agrária em tempos de democracia e globalização**. In: Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 1998. P. 23-40.

STEDILE, J. P. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional, 1500 – 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: EDUSP, 1981. (Estudos Rurais 11).

\_\_\_\_\_. **O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA, 2001.

VINHAS, M. Problema agrário: camponeses do Brasil: 1968. In: \_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 – 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ZAMBERLAM, J.; FLORÃO, S.R. dos S. Impacto dos assentamentos na economia de 4 municípios na região de Cruz Alta/RS. In: GÖGEN, F. S. A.; STÉDILE, J. P. (Orgs.). **Assentamento: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: VOZES, 1991. P. 11-41.

## APÊNDICE A – Questionário da pesquisa

### PESQUISA DE CAMPO: Coleta de dados Ano-base 2009 Questionário Diagnóstico do Projeto de Assentamento - Agricultor

#### 1. Dados do Proprietário/Área/Propriedade

1.1 Nome: \_\_\_\_\_ 1.1.1Cód.: \_\_\_\_\_

1.2 Lote: \_\_\_\_\_ 1.2.1 Tamanho do lote: \_\_\_\_\_

1.2.2Município: \_\_\_\_\_

1.3. Data nascimento.: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ 1.4 Nacionalidade: \_\_\_\_\_

1.5 Naturalidade (município/UF): \_\_\_\_\_

1.5.1 Zona Rural( )

1.5.2 Zona Urbana( )

1.6. Estado civil:

1.6.1( )Solteiro

1.6.2( )Casado

1.6.3( )Viúvo

1.6.4( )Convívio estável

1.7 Profissão: \_\_\_\_\_

1.8 Sabe ler e escrever?

1.8.1( )Sim 1.8.2( )Não

1.9 Nível de escolaridade:

1.9.1( )analfabeto 1.9.2( )Fundamental incompleto 1.9.3( )Fundamental completo

1.9.4( )Médio incompleto 1.9.5( )Médio completo

1.9.6( )Superior completo

1.10 Há quanto tempo dirige o lote?

1.10.1( ) Menos de 1 ano

1.10.2De 1 a 5 anos

1.10.3( )Mais de 05 anos

1.11Qual a forma de aquisição do lote?

1.11.1( )INCRA

1.11.2( )Compra

1.11.3( )Herança

1.11.4( )Outros: \_\_\_\_\_

1.12 Qual a atividade que exercia antes de obter o lote? \_\_\_\_\_

1.13 Distância:

1.13.1 Até a sede do assentamento: \_\_\_\_\_ km; 1.13.2Até a escola: \_\_\_\_\_ km;

1.13.3 Posto de saúde: \_\_\_\_\_ km;

1.13.4 Até as vias de acesso: \_\_\_\_\_ km – Rodovia/vicinal

1.14 Uso da propriedade:

1.14.1( )50%

1.14.2( )20%

1.14.3( )Não sabe

1.14.4( )Outro

1.15Área desflorestada

1.15.1 ( )50%

1.15.2( )20%

1.15.3( )65%

1.15.4( )total

1.15.5( )outro

1.16 Existe na propriedade:

1.16.1( )Rio

1.16.2( )Igarapé perene

1.16.3( )Igarapé semi-perene

1.17 No Rio ou Igarapé, preservam as margens:

1.17.1 ( ) sim      1.17.2 ( ) Não

1.18 Quais desses itens existem na propriedade:

1.18.1 ( ) Água encanada      1.18.2 ( ) Energia elétrica      1.18.3 ( ) Banheiro ou Fossa  
 1.18.4 ( ) Geladeira      1.18.5 ( ) Motor diesel      1.18.6 ( ) Rádio      1.18.7 ( ) Antena parabólica  
 1.18.8 ( ) Fogão      1.18.9 ( ) Telefone      1.18.10 ( ) Computador

1.19 Quais dessas organizações você participou no último ano?

1.19.1 ( ) Associação      1.19.2 ( ) Cooperativa      1.19.3 ( ) Sindicato      1.19.4 ( ) CMDR  
 1.19.5 ( ) ONG      1.19.6 ( ) Movimento social  
 1.19.7 ( ) Outras: \_\_\_\_\_

1.20 Qual(is) têm influência política?

\_\_\_\_\_

1.21 Esta(s) organização(ões) satisfaz você? ( ) Sim ( ) Não

1.22 Como você obtém informações?

1.22.1 ( ) Reuniões e capacitações      1.22.2 ( ) Visitas dos técnicos/as      1.22.3 ( ) Jornal  
 1.22.4 ( ) Visitas às instituições públicas e privadas      1.22.5 ( ) Eventos      1.22.6 ( ) TV      1.22.7 ( )  
 ) Cartazes      1.22.8 ( ) Rádio      1.22.9 ( ) Internet      1.22.10 ( ) Visita vizinhos

1.23 Sobre o INCRA, responda:

1.23.1 Quais os créditos ou benefícios recebidos? \_\_\_\_\_

1.23.2 Quais deveriam ter sido recebidos? \_\_\_\_\_

1.23.3 Recebeu orientações do INCRA? \_\_\_\_\_

1.23.4.1 Se sim, Quais? \_\_\_\_\_

1.24 Família:

1.24.1 Origem:----- 1.24.2 Principal fonte de Renda:-----

1.24.3 Composição:

	Marido	Esposa	Filhos	Filhas	Agregados
Faixa etária					
Regime de trabalho: Dias semana/Horas dia					

1.25 Rendas Não-agrícolas:

Tipo	Quantidade d/m/ano	Valor \$
1.25.1 Trabalho Assalariado		
1.25.2 Trabalho Fora UPF		
1.25.3 Serviços (pedreiro/carpinteiro/etc.)		
1.25.4 Comércio		
1.25.5 Aposentadoria		
1.25.6 Remessa de parente		
1.25.6 Aluguel de pasto		
1.25.7 Outros Bolsas e Transferências		





**2.3.2 Insumos:**

<b>INSUMOS</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ÉPOCA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>LOCAL COMPRA</b>	<b>PREÇO</b>
<b>CULTIVOS</b>						
<b>Adubo químico</b>						
<b>Adubo Orgânico</b>						
<b>Inseticida</b>						
<b>Herbicida</b>						
<b>Fungicida</b>						
<b>Calcário</b>						
<b>Trator</b>						
<b>Semente</b>						
<b>Óleo diesel</b>						
<b>CRIAÇÕES</b>						
<b>Milho</b>						
<b>Vacina</b>						
<b>Sal Mineral</b>						
<b>Ração</b>						
<b>Remédios Veterinários</b>						

